

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS E A INFLUÊNCIA NA INDÚSTRIA  
LATINO AMERICANA. CASO INTELBRAS: ADAPTAÇÃO PARA SE  
ESTABILIZAR NO MERCADO**

**LUÍS EDUARDO DE MORAES**

**Florianópolis (SC), Julho de 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS E A INFLUÊNCIA NA INDÚSTRIA  
LATINO AMERICANA. CASO INTELBRAS: ADAPTAÇÃO PARA SE  
ESTABILIZAR NO MERCADO**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais para obtenção de carga horária na disciplina CNM 7280 – Monografia, como requisito obrigatório para a aquisição do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Por: Luís Eduardo de Moraes

Orientador: Prof Helton Ricardo Ouriques

Área de pesquisa: Economia

Palavras-Chave:      1. Brasil  
                                 2. China  
                                 3. Comércio  
                                 4. Indústria  
                                 5. Componentes eletrônicos

**Florianópolis (SC), Julho de 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Luís Eduardo de Moraes na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Helton Ricardo Ouriques

---

Prof. Felipe Amin Filomeno

---

Prof. Diogo Quintilhano

## AGRADECIMENTOS

A Deus, companheiro nas horas de solidão e também de alegria, guiando meus pensamentos para a conclusão desta grande conquista. Com pensamentos positivos alcançamos o impossível.

À minha família, meus pais Alcides Deoplinio de Moraes e Amélia Terezinha de Moraes, meu irmão Norton Luiz de Moraes, meus sobrinhos Arthur de Moraes e Norton Vinícius de Moraes e minha madrinha Elizandra de Moraes Pereira, pelo amor, apoio incondicional e compreensão.

À especial amiga Heloisa de Cássia dos Santos, pelo apoio mesmo nos momentos de desânimo e companheirismo em horas consecutivas de estudos. Sem a qual este trabalho não seria possível.

Aos amigos que tem uma grande parcela na formação do meu caráter e que sem dúvida tiveram participação especial nesta etapa da minha vida. Sempre proporcionando momentos de descontração e risadas. Em especial: Felipe, Ramires, Diego, Luciano, Jordan, Joel, Mateus, Thomas, Antônio, Luan, Renan e Rodrigo.

Ao Professor Helton Ricardo Ouriques, que além de orientador se revelou um amigo. Sempre disponível e acessível para me ajudar e elucidar meus questionamentos, mostrando-se um exemplo de profissional e pessoa.

A esta Universidade e a todos os professores que se dedicam a melhorar continuamente a formação de internacionalistas.

## RESUMO

MORAES, Luís Eduardo de. **A necessidade da importação de matérias-primas chinesas para a indústria de tecnologia brasileira - pela ótica da empresa Intelbras.**

Florianópolis, 2014. Monografia – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.

O remodelamento da conjuntura internacional, tendo a China como principal ator, está diretamente interligado com a recente recuperação econômica das economias Latino-Americanas e, principalmente, da América do Sul. Tal recuperação põe em xeque a segurança da indústria destes países em desenvolvimento, pois os mesmos se especializaram na produção de manufaturas e *commodities* como base das suas relações comerciais. Partindo deste princípio, o presente trabalho busca entender a influência da China na economia brasileira, principalmente para o desenvolvimento do setor tecnológico industrial, onde o Brasil sofre suas maiores limitações e depende muito das importações chinesas. Como embasamento deste estudo, utilizou-se como exemplo uma empresa brasileira líder no segmento de telecomunicações, visto que esta estrategicamente realiza grandes importações de componentes eletrônicos da China em detrimento dos nacionais.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior; Relações Brasil-China; Indústria de Componentes Eletrônicos; Intelbras.

## **ABSTRACT**

The remodeling of the international situation, with China as the main actor, is directly connected with the recent economic recovery of Latin American economies, and especially in South America. Such recovery puts into question the industry safety of these developing countries, as these have specialized in the production of manufactures and commodities as the basis of their commercial relations. From this principle, this study aims understand the influence of China in the Brazilian economy, especially for the development of the technological industrial sector, where Brazil suffers its biggest limitations and is very dependent of Chinese imports. As a basis of this study, was used like example a leading Brazilian company in the telecommunications segment, which strategically conducts large imports of electronic components from China to the detriment of Brazilians.

**Keywords:** Foreign Trade; Brazil-China Relations; Electronic Components Industry; Intelbras.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Principais Zonas Econômicas Especiais da China.....	23
<b>Figura 2</b> – Países de Atuação da Empresa Intelbras .....	66

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Fatores que Afetam a Competitividade Chinesa a Pequeno, Médio e Longo Prazo .....	28
<b>Quadro 2</b> – Dez Principais Setores Exportados pelo Brasil para a China por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) três dígitos – 2005 e 2010 .....	47
<b>Quadro 3</b> – Dez Principais Setores Importados pelo Brasil para a China por CNAE três dígitos – 2005 e 2010 .....	49
<b>Quadro 4</b> – Componentes Eletrônicos.....	67
<b>Quadro 5</b> – Porcentagem de Ganho entre Componentes Importados e Nacionais (2014) .....	69



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Crescimento Anual do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> – China e América Latina (em milhões de Dólares) .....	30
<b>Gráfico 2</b> – Taxa de Crescimento do PIB da China (%) .....	31
<b>Gráfico 3</b> – Exportações, Importações e Saldo Comercial da América Latina e o Caribe com a China (em milhões de Dólares) .....	34
<b>Gráfico 4</b> – Exportações, Importações e Saldo Comercial do México e da América Central com a China (em milhões de Dólares) .....	35
<b>Gráfico 5</b> – Exportações, Importações e Saldo Comercial da América do Sul com a China (em milhões de Dólares) .....	37
<b>Gráfico 6</b> – Corrente de Comércio Brasil-China .....	43
<b>Gráfico 7</b> – Exportações Brasileiras para o Mundo e para a China (em bilhões de Dólares) .....	44
<b>Gráfico 8</b> – Importações Brasileiras do Mundo e da China (em bilhões de Dólares) ..	45
<b>Gráfico 9</b> – Saldo Comercial Relativo Brasil-China (%) .....	46
<b>Gráfico 10</b> – Pauta Exportadora do Brasil com a China, por Intensidade Tecnológica do Produto (em milhões de Dólares) .....	48
<b>Gráfico 11</b> – Pauta Importadora do Brasil com a China, por Intensidade Tecnológica do Produto (em milhões de Dólares) .....	50
<b>Gráfico 12</b> – Balança Comercial do Brasil com a China, por Intensidade Tecnológica do Produto (em bilhões de Dólares) .....	51
<b>Gráfico 13</b> – Gasto em P&D em Relação ao PIB: Brasil e China – 2000 a 2009 – Valores Correntes e em Relação ao PIB de 2000 .....	62
<b>Gráfico 14</b> – Variação da Taxa do Dólar – Maio de 2013 a Junho de 2014 .....	69

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- IEDI** – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
- P&D** – Pesquisa e Desenvolvimento
- IDE** – Investimento Direto Externo
- ZEE** – Zonas Econômicas Especiais
- ZDET** – Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- CW** – Consenso de Washington
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- PIB** – Produto Interno Bruto
- CBERS** – China-Brazil Earth Resources Satellite
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- UICC da Apex** – Unidade de Inteligência Comercial e Competitiva da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos
- CNAE** – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- PCC** – Paridade de Poder de Compra
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IEDI** – Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento Industrial
- PPB** – Processo Produtivo Básico
- ABINEE** – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
- ZFM** – Zona Franca de Manaus
- SUFRAMA** – Superintendência da Zona Franca de Manaus
- IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados
- ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- TI** – Tecnologia da Informação
- C,T&I** – Ciência, Tecnologia e Informação
- MCT** – Ministério da Ciência e Tecnologia
- FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Tema e problematização.....	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Metodologia.....	16
2 CHINA – ANOS 1990: EXPANSÃO ECONÔMICA.....	19
2.1 Deixando a situação periférica.....	19
2.2 Expansão chinesa no período recente.....	21
2.2.1 Crescimento planejado.....	21
2.2.2 A importância do investimento direto externo.....	24
2.2.3 Yuan desvalorizado – economia em ascensão.....	25
2.2.4 Competitividade.....	27
3 INFLUÊNCIA DA ECONOMIA CHINESA NA AMÉRICA LATINA.....	29
3.1 Anos 2000: Oportunidades comerciais.....	30
3.2 Padrões do comércio bilateral.....	33
3.3 Comércio Brasil x China.....	41
3.3.1 Histórico.....	41
3.3.2 Comércio bilateral.....	43
3.3.3 Características da pauta exportadora brasileira.....	47
3.3.4 Características da pauta importadora brasileira.....	49
3.3.5 Balança comercial.....	51
3.4 Investimento direto externo.....	53
4 INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS NO BRASIL.....	57
4.1 A Zona Franca de Manaus.....	60
4.2 A Lei de Informática.....	60
4.3 China x Brasil.....	61
4.4 Estudo de caso.....	64
4.4.1 A empresa Intelbras.....	65
4.4.2 Carteira de componentes.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

O recente e gigantesco crescimento econômico que a China apresentou nas últimas três décadas, despontou-a como sendo a segunda potência econômica mundial. Esta ascensão também projetou o país em no nível político mundial, tornando-o um ator protagonista nas Relações Internacionais, ao diminuir as lacunas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Este crescimento foi fruto de um maciço desenvolvimento das cadeias produtivas da Ásia apoiadas pelos Estados Unidos, após o término da Guerra Fria. As medidas econômicas baseadas em premissas unilaterais começaram a se diversificar e remodelar as ações entre os Estados.

E é a partir dos anos 2000, que o desenvolvimento asiático rompe as barreiras regionais e se espalha pelo mundo, sendo liderado pela China. O papel de líder foi alcançado graças ao grande desenvolvimento industrial chinês, tornando o país o maior produtor e exportadora de manufaturas em todo o mundo. Além disto, é um importantíssimo importador de máquinas e equipamentos tecnológicos dos países desenvolvidos e, é um dos principais parceiros econômicos dos países em desenvolvimento (como América Latina), importando matérias-primas e recursos energéticos.

A questão da importação de matérias-primas dos países Latino-Americanos é um ponto muito relevante de ser considerado, pois influi diretamente na estrutura industrial brasileira. Com a liberalização econômica da China, a América Latina e, conseqüentemente o Brasil, vem sofrendo uma enorme influência do crescente e expansivo mercado chinês. Segundo o Cuaderno de Economía, Vol. 46 (mayo), 2009, elaborado pelo Banco Central do Chile, a abertura econômica chinesa aumentou a competitividade para os países emergentes que possuem sua economia baseada em manufaturados com intensiva mão de obra não qualificada.

Vale salientar que essa relação bilateral também trouxe muitos investimentos, desenvolvimento social e econômico. Se por um lado as trocas comerciais são desfavoráveis por especializarem os países da América Latina na produção de bens com baixo valor agregado, por outro, vem proporcionando sucessivos superávits na balança comercial com a China no decorrer da primeira década dos anos 2000.

A economia brasileira vivencia o crescimento chinês com suas peculiaridades, são economias que se completam de certa forma, em 2009 a China se tornou o principal parceiro comercial e em 2010 o maior investidor do Brasil. Alguns desequilíbrios e dificuldades na indústria brasileira podem ser percebidos com essas trocas comerciais, um deles é a grande especialização em commodities e certo grau de “desindustrialização”, em paralelo com a desigual concorrência com o crescente nível de importações de produtos manufaturados com alto teor tecnológico aplicado.

Mesmo tornando muito difícil o desenvolvimento, funcionamento e existência de alguns setores industriais tecnológicos na indústria do Brasil, as importações são de suma importância para a saúde e competitividade de outros. A Intelbras (empresa que será analisada neste estudo), por exemplo, só se mantém competitiva no mercado graças a matéria-prima oriunda da China. Importando-as, a empresa consegue produzir bens com qualidade e preços competitivos, ganhando cada vez mais espaço no mercado nacional frente a gigantes multinacionais.

No Brasil, a indústria de componentes eletrônicos está intimamente ligada à capacidade de gerenciamento de custos e à competitividade do próprio país. Sendo assim, esta é altamente influenciada pelo que chamamos de “Custo Brasil”, representando pela logística e infraestrutura defasadas e pelo sistema burocrático que possui tributos e impostos excessivamente maçantes. A existência de muitos impostos e taxas limitam o desempenho e desenvolvimento no nosso país. Desta maneira, a inovação e produção de novos produtos tiveram que se basear em importações feitas pelas próprias indústrias. Sendo assim, as portas para a China se abriram cada vez mais, devido sua alta competitividade em produzir os componentes eletrônicos de que as empresas brasileiras necessitavam.

Ainda neste quesito, podemos considerar as diferenças da indústria de manufaturados chinesa em relação à Brasileira. Moreira (2005) aponta quatro princípios que põe a primeira em relação à segunda. O primeiro é sua grande população que vivem e trabalham em um ambiente favorecido por recursos naturais, além de salários inferiores aos do Brasil, garantindo vantagens comparativas em produtos intensivos em mão-de-obra. A produtividade é o segundo ponto, mesmo com níveis de produtividade inferiores as brasileiras, a desvantagem torna-se pequena quando comparada com a diferença salarial. Já o terceiro, está relacionado com o fato de a população chinesa ser a maior do mundo, movimentando um montante econômico maior do que até mesmo de toda a América Latina, diluindo os custos fixos de capital das indústrias e aumentando os investimentos em inovação. Por último, o

autor cita o papel do Estado, que conseguiu garantir a promoção da industrialização via expansão das exportações.

É importante salientar ainda as diferenças na agenda de desenvolvimento industrial do Brasil e da China. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) publicou em 2011 um estudo comparando isto. “Uma comparação entre a agenda de inovação da China e do Brasil” procura expor as políticas industriais e iniciativas de estímulos a inovações tomadas pelos dois países e revelando que a China possui um amplo sucesso comparado ao Brasil. Tem-se claro que ambos os países procuram inovar, buscar apoio das empresas, introduzir políticas de estímulo ao esforço tecnológico empresarial e incentivar a cooperação entre universidades e empresas. Porém, existe uma característica importantíssima que diferencia o desenvolvimento das indústrias dos dois países, que é a velocidade e qualidade das mudanças. O estudo revela que esta velocidade nas mudanças é admirada em todo o mundo, desde 1999 os investimentos chineses em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) crescem em média 20% ao ano. Diferente da China, o Brasil possui programas de incentivos as inovações muito ineficientes, assim como em P&D, isto acaba resultando em uma indústria muito atrasada e sem perspectivas reais de desenvolvimento.

Com essas perspectivas ressaltadas, o trabalho tem o intuito de analisar a influência e importância da indústria de componentes eletrônicos chinesa no processo industrial do Brasil, salientando que muitas empresas só conseguem manter sua produção e sobreviverem no mercado graças a esta. É possível perceber uma enorme lacuna entre as duas economias, principalmente em termos de incentivos e desenvolvimento do setor tecnológico, o que reflete a supremacia chinesa da industrialização deste segmento.

O presente trabalho tem o intuito de compreender melhor a atual situação bilateral que o comércio entre Brasil e China representa e influi no desenvolvimento da indústria nacional, analisando a influência dos insumos importados em determinadas empresas brasileiras.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar o recente crescimento econômico da China e sua influência na indústria da América Latina e Brasil. Entendendo também seus impactos na indústria de tecnologia brasileira, através de estudo feito em uma empresa nacional na área de tecnologia,

## 1.2.2 Objetivos específicos

- i. Compreender os fatores que acarretaram no grande crescimento econômico da China nos últimos 30 anos.
- ii. Estabelecer como este crescimento econômico e desenvolvimento industrial influem nas relações comerciais entre China x América Latina e China x Brasil.
- iii. Apresentar os principais problemas enfrentados pela indústria tecnológica brasileira e discorrer favoravelmente sobre as importações de insumos chineses.
- iv. Elaborar estudo de caso com uma empresa do Brasil no ramo de tecnologia para elucidar a importância e benefícios oriundos de tais importações.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A ascensão da economia chinesa no mercado mundial gera certas dúvidas sobre o papel do Brasil, assim como de toda América Latina na divisão internacional do trabalho.

Nos dias atuais, o Brasil tem a China como seu principal parceiro econômico e investidor, porém essas relações ainda são desiguais em termos dos tipos de trocas comerciais existentes. A pauta exportadora brasileira é basicamente formada por bens primários e *commodities*, levando a indústria nacional a abrir mão da produção de manufaturas com maior valor agregado. Nos dez anos que compreenderam 2000 a 2010, o Brasil exportou para a China US\$ 36,6 bilhões em minério de ferro, US\$ 30,4 bilhões em sementes e frutos oleaginosos e US\$ 9,6 bilhões em petróleo e óleos minerais. Em contrapartida, neste mesmo período, exportou somente US\$ 848 milhões em peças e acessórios para veículos automotores e US\$ 1,3 bilhão em aeronaves e seus produtos.

Por outro lado, essa maior aproximação comercial com a economia que mais cresce mundialmente, traz bons frutos para o Brasil. Isto porque o país se beneficia com tal crescimento de modo que consegue escoar sua produção através das exportações e atrair investimentos. O comércio bilateral entre os dois países é muito significativo, entre 2000 e 2010, as exportações evoluíram de 1,97% para 15,25%, enquanto as importações chegaram a 14,08% de toda a pauta comercial brasileira. Em relação ao Investimento Direto Externo (IDE), o Banco Central do Brasil relata que o fluxo de IDE chinês cresceu 66,3% entre anos de 2001 e 2010, sendo que neste último ano, a China foi o país lançou investimentos para o Brasil.

O que se vê é certa dependência brasileira à economia chinesa, que por sua vez, deve ser discutida. Em relação às exportações, o Brasil depende muito do constante crescimento chinês para continuar obtendo superávits, se caso esta última venha a ter uma diminuição, toda a balança comercial brasileira fica comprometida. Já as importações trazem o fato de que a indústria nacional possui um grau de dependência dos produtos eletrônicos chineses, principalmente componentes eletrônicos para abastecerem suas linhas produtivas. Um exemplo real deste fato é a empresa Intelbras, que será estudada neste trabalho e possui um *link* entre importação de componentes eletrônicos chineses e preços competitivos em relação aos seus concorrentes internacionais.

Sem as importações de componentes chineses, os já frágeis setores de tecnologia da indústria nacional dificilmente conseguiriam superar a forte concorrência internacional, pois teriam que repassar esses custos para o preço final do produto já acabado. Os componentes nacionais além de possuírem preços elevados, muitas vezes não são capazes de atender a demanda das empresas, por não suprirem suas necessidades. A falta de tecnologia acaba tornando certos produtos indisponíveis no mercado interno, acarretando assim em grandes dificuldades para a indústria nacional. Em meio a este cenário, as empresas precisam (e vão) buscar insumos nos mercados internacionais, principalmente no chinês, para conseguirem sobreviver em termos de competitividade. Sendo assim, por apresentarem preços muito mais baixos que os nacionais, os componentes chineses se tornam indispensáveis no processo produtivo da indústria de tecnologia brasileira.

Visto isto, este estudo buscará evidenciar a dependência chinesa, além das dificuldades e desafios que a indústria tecnológica nacional apresenta, através de pesquisa realizada em uma empresa brasileira no ramo. A empresa será a Intelbras, líder no segmento de telecomunicações no Brasil e que possui um volumoso intercâmbio comercial com a China. Deste modo o enfoque deste trabalho será demonstrar que as importações de componentes da China não são de todo mal, pois garantem a competitividade, lucratividades e existências de muitas empresas brasileiras.

#### 1.4 METODOLOGIA

Esta seção elucidará a metodologia de pesquisa e análise de dados aplicada neste estudo, visto que esta é uma etapa fundamental para o processo de elaboração de um trabalho, ao definir e sistematizar os procedimentos necessários para a concretização dos objetivos



propostos, ou seja, define-se metodologia como o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento (ANDRADE, 2003).

A pesquisa consiste em uma atividade voltada para a solução de problemas e para suprir a necessidade de conhecer do homem, empregando processos científicos (GIL, 1999). A mesma é necessária quando não se dispõem de informações suficientes para a elucidação de uma questão ou problema, ou mesmo quando a informação está disponível, porém em grande estado de desordem, não podendo ser claramente relacionada ao questionamento. Há diversos caminhos possíveis para a realização de uma pesquisa e cabe ao pesquisador estabelecer um ou vários métodos adequados para a obtenção dos dados.

Em relação aos fins, baseando-se na classificação de Trivinos (1987) e Vergara (1997), a presente pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, visto que tem como principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, posto que visa ampliar e aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o tema Comércio e Economia Internacional, proporcionando-lhe maior familiaridade com as relações entre Brasil e China. Além de buscar explicitar as mesmas e construir hipóteses através de procedimentos bibliográficos (GIL, 1999). É também descritiva, pois pretende conhecer a realidade do setor de suprimentos de matéria-prima da Intelbras, a fim de dar visibilidade às suas características e estratégias comerciais de aperfeiçoamento e ganho em competitividade. Com isso busca-se conhecer e descrever a realidade, podendo esta análise ser usada em ações e intervenções atuais ou mesmo futuras, como base para análises subsequentes, que poderão tentar explicar o motivo dos fenômenos percebidos.

Além disso, é uma pesquisa bibliográfica, devido ao fato de terem sido utilizadas diversas fontes, como artigos, revistas, livros e websites relacionados às relações entre Brasil e China, bem como aos outros temas abordados; documental, pois utiliza dados e documentos internos da organização pesquisada; de campo, por utilizar também a observação do pesquisador quanto aos procedimentos e atividades realizadas pela organização para atingir seus objetivos de competitividade comercial, bem como entrevistas informais do mesmo com alguns funcionários interessados no tema; e por fim, estudo de caso, visto que foi utilizada na pesquisa uma organização privada, a fim de exemplificar e analisar profundamente o tema na mesma.

De acordo com Mattar (1999), os dados são classificados como primários, aqueles levantados pelo próprio pesquisador, dados obtidos/coletados diretamente em uma pesquisa de campo, ou seja, a partir de informações da própria organização estudada. Ou, a maioria

utilizada na pesquisa, como secundários, aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e algumas vezes até analisados, disponíveis aos interessados. A partir da junção destes, analisou-se o histórico das relações entre Brasil e China, o crescimento da China e a importação brasileira de matéria-prima e suas consequências para o mercado interno.

Seguindo a identificação do tipo de pesquisa e das formas para contemplá-la, faz-se necessário determinar a abordagem da pesquisa, que tanto pode ser quantitativa quanto qualitativa, as quais são complementares. As pesquisas quantitativas são mais adequadas para apurar opiniões explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados (questionários) (Lakatos; Marconi, 2001), com escalas numéricas para a obtenção das respostas, as quais são submetidas posteriormente à análise estatística. Diferente das pesquisas qualitativas, que possuem caráter exploratório, ou seja, estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, atingindo motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea, e com isso detectam tendências não mensuráveis, ou não quantificáveis, não podendo ter seus resultados generalizados para a população. A pesquisa qualitativa busca, portanto, a descrição detalhada e aprofundada do fato para identificar sua realidade. O presente estudo é predominantemente qualitativo, pois se propõe a analisar as importações chinesas da Intelbras e suas características.

Após a coleta, Vergara (1997) sugere o agrupamento dos dados, para em seguida ocorrer sua análise, compreensão e entendimento. Nesta pesquisa, acatou-se a sugestão, buscando-se agrupar de forma organizada os dados coletados, a fim de facilitar sua transformação em informações relevantes e, com o apoio do referencial teórico, atingir os objetivos específicos. Assim, dividiu-se o estudo em 4 seções principais: Expansão Econômica da China após 1990, Influência da Economia Chinesa na América Latina, Indústria de Componentes Eletrônicos no Brasil e Estudo de Caso – A Empresa Intelbras.

## **2 CHINA – ANOS 1990: EXPANSÃO ECONÔMICA**

### **2.1 DEIXANDO A SITUAÇÃO PERIFÉRICA**

Em sua obra “A Ilusão do Desenvolvimento” (ARRIGHI, 1997), Giovanni Arrighi mostra-nos uma perspectiva de Sistemas-mundo, compostos por uma hierarquia entre os Estados, onde os países centrais ocupam os níveis mais altos da escala hierárquica, enquanto os periféricos, as mais baixas, acarretando que qualquer processo de desenvolvimento de um Estado, seja afetado por essa hierarquia.

Para melhor compreensão do processo, o autor utiliza a divisão dos Estados em três zonas. A primeira delas é denominada núcleo orgânico, da qual fazem parte os Estados que controlam as atividades capitalistas que mais incorporam valor agregado e que possuem os maiores benefícios da divisão mundial do trabalho. Sequencialmente tem-se a zona periférica, onde as atividades dos Estados incluídos agregam muito pouco ou quase nenhum benefício. Por último, a zona semiperiférica compreende aqueles Estados que possuem suas atividades na lacuna entre as duas zonas citadas anteriormente, ou seja, possuem certa capacidade para não se tornarem periferia e concomitantemente não têm poder suficiente para elevar sua posição na hierarquia.

As transferências unilaterais foram de suma importância para a construção da estrutura núcleo orgânica-periferia da economia capitalista mundial. Contribuindo para a estruturação de hierarquias de riqueza, de poder e de bem estar da economia capitalista mundial. Podemos dizer que a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho contribuíram para a formação e reprodução da estrutura núcleo orgânica-periferia da economia mundial. Entretanto, retratam a desigualdade fundamental e auto-reprodutora na disposição de riqueza entre os Estados e povos da economia mundial.

Ao reconhecer a existência de uma hierarquia entre os Estados, fica mais compreensível e transparente o despontar da China na economia mundial capitalista. Ou seja, não se trata unicamente de ações tomadas para o desenvolvimento econômico, existe também uma ascensão na hierarquia dos Estados que vem sendo conquistada através deste desenvolvimento. O país foi capaz de influenciar outros Estados e ganhar espaço na hierarquia mundial, mudando sua participação na divisão mundial do trabalho, através da competição e do desenvolvimento dos seus meios de produção, visto que os Estados, nos sistemas mundiais, podem ser comparados aos indivíduos que buscam riqueza numa

economia internacional. Não são todos os Estados que conseguem oportunidades para progredir economicamente e os mesmos são individualizados, cada um possui sua maneira e seu tempo.

Na realidade, entretanto, o traço mais essencial da economia capitalista mundial é a recompensa desigual por esforços humanos iguais e oportunidades desiguais de uso de recursos escassos (ARRIGHI, pg. 218).

Três são os fatores necessários para se lutar contra a exclusão neste processo. Primeiramente, o Estado semiperiférico tem que se especializar em algum setor que lhe proporcione maior vantagem competitiva. O segundo fator é uma participação incisiva dos países semiperiféricos nas relações de troca desigual, favorecendo produtos provenientes da mão-de-obra mal remunerada em troca de produtos provenientes de mão-de-obra bem remunerada dos Estados do núcleo orgânico. Para finalizar, o terceiro fator é uma exclusão mais completa dos Estados periféricos das atividades nas quais o Estado semiperiférico busca maior especialização.

Não diferente, Wallerstein também nos traz uma perspectiva de economia ou sistema mundo, representada pela economia-mundo capitalista. Segundo o autor, as economias-mundo são representadas por processos de produção integrados e interligados numa ininterrupta divisão social do trabalho, determinando assim o comportamento das sociedades que compõem os respectivos Estados.

Para se despontar nesse ambiente competitivo, os Estados buscam a redução dos custos, desenvolvimento e expansão dos seus meios de produção. O recurso mais acessível para se ganhar competitividade e sobreviver às crises econômicas, é a redução dos custos de trabalho. Dessa maneira a expansão da economia para novas áreas, sejam rurais ou periféricas, só serão exitosas quando houver possibilidade de produzir com custo menor do que o já existente, principalmente da mão-de-obra.

Partindo dessa lógica, é possível perceber que os Estados incorporaram essas características e consolidaram a economia-mundo capitalista. Dessa maneira, cada qual tem sua parcela de participação no sistema interestatal, refletindo no funcionamento do sistema como um todo, seja na esfera política, econômica, etc. E, quanto mais essa participação se consolida, mais vão sendo incorporados pelos elos das cadeias mercantis expansivas, responsáveis pelo funcionamento da economia-mundo capitalista.

Analisando essa estruturação do sistema ou economia-mundo, entende-se melhor a ascensão econômica que a China apresentou. No pós Segunda Guerra Mundial, a “divisão do mundo” resultante da Guerra Fria isolou a periférica China e quase eliminou suas oportunidades de crescimento. Apoiada pela União Soviética, suas políticas econômicas eram espelhadas nas da potência aliada, preservou-se a indústria pesada e a coletivização das terras, com controle total do Estado, em detrimento a inovação e modernização. Porém, no mesmo período temporal, a trajetória econômica do Japão e dos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan), foi completamente diferente e promissora, graças a interesses geopolíticos dos EUA naquela região, que modernizou a indústria e incentivou o desenvolvimento de bens tecnológicos.

Em meio às crises dos anos 1970, há um redirecionamento do capital mundial em direção à Ásia, os processos e estágios de produção foram para áreas que possibilitavam a redução dos custos, principalmente de mão-de-obra. E é apoiado neste momento particular da economia mundial que o “ressurgimento” econômico da China começa a aparecer.

Aproveitando-se deste momento, a partir de 1978, com a ascendência das políticas econômicas liberais e decadência do socialismo, o governo chinês cria um ambiente favorável a atividades de inovação e aplica políticas econômicas voltadas para atrair as atividades econômicas dos países do núcleo orgânico. As relações com os EUA são reatadas e, com a ajuda do segundo o mercado ocidental se abriu para as exportações chinesas. Paralelamente á atração dos investimentos, a China se torna um fortíssimo parceiro comercial no Leste Asiático, produtos intermediários produzidos em países como Malásia, Cingapura e Tailândia são realocados no seu território e lá são processados e exportados. Este processo permite que a economia chinesa tenha uma pauta exportadora e atividades econômicas semelhantes as dos países do núcleo orgânico, ou seja, produção de bens com alto teor de tecnologia agregado.

No decorrer da próxima seção, serão expostas com maior detalhamento as medidas políticas que transformaram a China de um país periférico e situaram-na na semiperiferia. O crescimento planejado e as atividades econômicas serão melhores compreendidos.

## 2.2 EXPANSÃO CHINESA NO PERÍODO RECENTE

### 2.2.1 Crescimento Planejado

É a partir do ano de 1978 que a China dá origem à “política de abertura”, tendo como regulador o Estado. As reformas buscaram mudar o sentido da economia chinesa, trazendo-a para uma economia de mercado através de sua industrialização, espelhando-se em exemplos bem sucedidos de outros países. Abrangeu amplamente os setores agrícola, industrial, científico e tecnológico e militar. O intuito desta estratégia política era fazer com que o país se desenvolvesse a longo prazo, para que aos poucos a população chinesa voltasse a uma posição central no contexto internacional. Como descreve Cunha, até o século XV a população da China tinha as maiores rendas *per capita* do planeta, mas a sequência de derrotas militares e perdas comerciais acabaram deslocando o país para fora do eixo das principais economias. Além disto, um desenvolvimento a longo prazo proporciona evitar os desequilíbrios distributivos, tanto funcionais quanto regionais, a escassez de matérias-primas e os problemas ambientais (já que se trata da maior população do planeta).

A economia necessitava modernizar-se e acelerar seu crescimento, portanto, foram adotadas algumas diretrizes para concretização desta estratégia de abertura:

- a) reformar a utilização da terra; b) aumentar as exportações e proteger o mercado interno; c) formar grandes grupos estatais competitivos internacionalmente; d) reformar as empresas estatais, adequando-as ao novo ambiente econômico; e) promover as empresas coletivas de vilas e municípios; e f) configurar uma economia do tipo mista, com preços regulados, controlados e de mercado, estratégia da qual decorre a expressão “economia socialista de mercado” ou simplesmente “socialismo de mercado (OLIVEIRA, p.03).

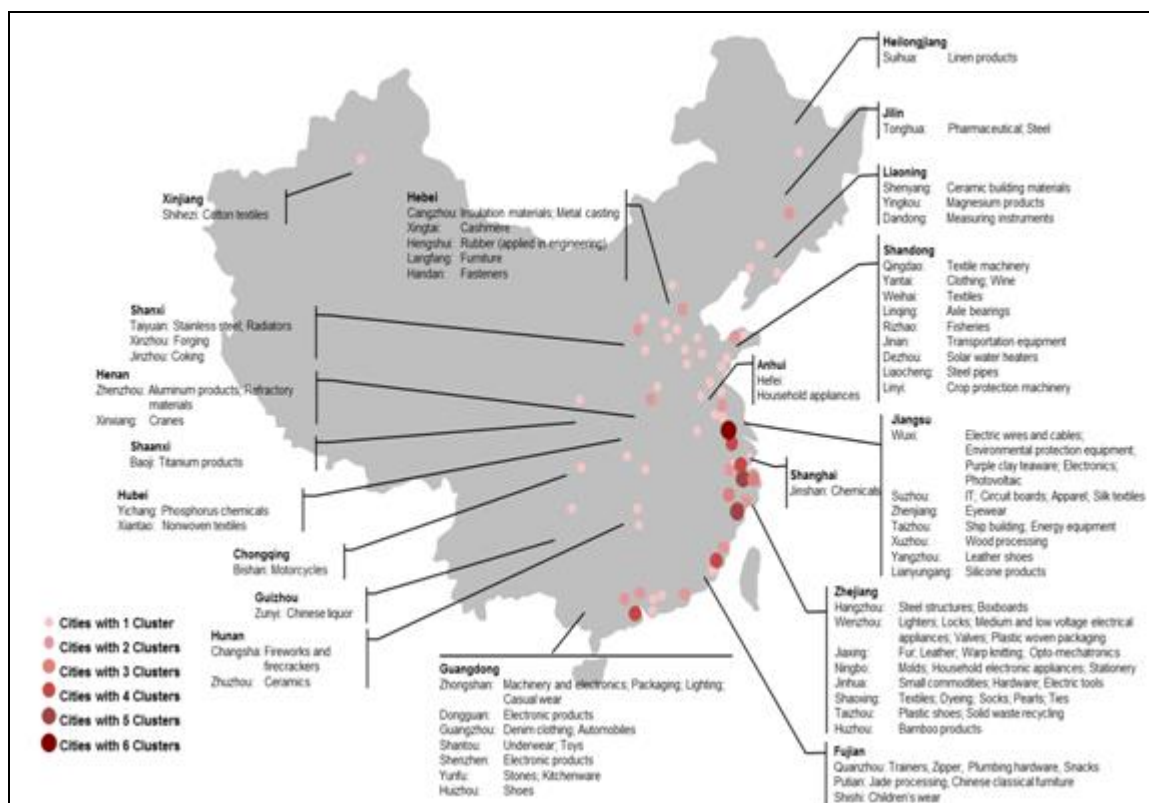
A modernização da agricultura teve início entre o final dos anos 1970 e começo dos 1980. O que antes era estruturado por uma organização coletiva, passou a ser realizado por meio de um sistema de responsabilidade ou de contrato familiar, no qual o trabalhador rural arrendava as terras do Estado e ia pagando com parcelas descrentes de sua produção ao longo do tempo. Tal sistema fortaleceu a produtividade dos camponeses, aumentando a produção de alimentos e gerando emprego e renda, sendo por consequência de suma importância para o crescimento econômico chinês.

No âmbito da indústria, as importações eram baseadas em bens de capital, garantindo com isso a manutenção da modernização do setor. Para tanto, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), nas regiões de costa marítima, situadas próximas aos maiores mercados asiáticos. Essas ZEEs aceitavam investimentos estrangeiros e produziam principalmente bens para o mercado externo, pois contavam com benefícios fiscais, liberdade cambial, incentivos do Estado e competitividade logística. Conforme aponta Oliveira, existia

um projeto híbrido caracterizado pela manutenção da propriedade pública das empresas, ao mesmo tempo que se estimulava a difusão das empresas não estatais, como as Empresas de Vilas e Municípios e *Joint Ventures*.

Abaixo, a Figura 1 ilustra as principais ZEEs e suas características.

**Figura 1: Principais zonas econômicas especiais da China.**



Fonte: Li & Fung Research Centre; The Beijing Axis Analysis.

A partir da segunda metade da década de 1980, Japão e Hong Kong conferem à China as etapas de produção com as maiores vantagens competitivas. Fato que, aliado a existência das ZEEs, tornou a China um importante personagem para o mercado externo de diversos países asiáticos. As exportações foram aumentando e o país foi ampliando seu *know-how*, assim em pouco tempo atingiu patamares progressivamente melhores em se tratando de produtos com alto valor agregado e tecnologia. Em suma, observou-se um grande sucesso das estratégias nacionais chinesas, que souberam utilizar as condições adversas do meio externo e, através das ZEEs, deram um inédito enfoque para a China na nova configuração comercial asiática. Foi possível criar situações favoráveis para retirar o país do subdesenvolvimento. À medida que o crescente fluxo de capitais oriundo das exportações passava a transitar no

mercado interno, este se fortalecia e dinamizava paulatinamente e de forma crescente, conseguindo atrair um montante cada vez maior de investimentos estrangeiros.

Associadas às ZEEs surgiram as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), capazes de proporcionar um novo rumo ao processo de desenvolvimento da indústria de tecnologia. O objetivo era trazer investimentos externos em tecnologia através de acordos com os demais países, por meio de incentivos e reduções fiscais. Assim, a partir dos 1990 ficou evidente o grandioso aumento dos Investimentos Diretos Estrangeiros recebidos pela China, graças as ZEEs e ZDET, que recebiam algo em torno de 90% de todo o montante.

Sumarizando a análise dos fluxos de capitais para a China, pode-se dizer que os Investimentos Diretos Externos (IDEs), dentre os diversos tipos de fluxos de capitais, são aqueles que revelam um comportamento capaz de subsidiar a explicação das elevadas taxas de crescimento econômico ao longo das últimas décadas e, em especial, a partir de meados dos anos 90. (VIEIRA, pg. 407).

### **2.2.2 A importância do investimento direto externo**

Entre os países em desenvolvimento, a China liderou o *ranking* de atração de IDE nos anos 1990. Os investimentos chegavam principalmente para fortalecimento e desenvolvimento para a indústria de transformação, através de novos projetos e instalação de empresas em seu território. Como podemos observar nas palavras de Acioly:

Entre 1990 e 1999, a China cresceu a uma taxa média de 9,5% ao ano e nesse período acumulou cerca de US\$ 213,7 bilhões em IDE, ocupando o terceiro lugar no *rank* dos maiores absorvedores de investimento do mundo, e o primeiro lugar entre os países em desenvolvimento. A participação da China nos fluxos de IDE destinados aos países em desenvolvimento passou de 7,2% entre 1980-1989 para 24% entre 1990-1999, chegando a 25% entre 2000 e 2003. (ACIOLY, p.03).

O mais interessante é que a entrada do IDE à China deu-se de maneira muito peculiar. Houve pouquíssimas privatizações, fusões e aquisições transfronteiriças, além de ter sido praticamente inexistente a entrada no sistema financeiro. Isto porque o governo Chinês impôs diversas normas regulatórias, garantindo uma ordem para sua economia, já que suas empresas conseguiram aumentar a participação no mercado internacional, através de acesso a fontes externas de capital, tecnologia e experiências em gestão e administração. Desenvolvendo assim um macroambiente econômico favorável, que possibilitou o crescimento da China neste



segmento no início da década de 90, focado nos objetivos de aumentar a participação do país no comércio internacional, favorecer seu acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada, e introduzir modernas técnicas administrativas nas empresas chinesas.

Acioly (2011) aponta que a abertura da economia chinesa para a entrada de IDE passou por cinco etapas graduais. A primeira é apontada durante o período inicial desta abertura, entre 1979 e 1986, onde os investimentos foram feitos em segmentos como prospecção geológica, indústria têxtil e atividades imobiliárias. Depois de 1986, a segunda fase teve o intuito de mudar o foco dos investimentos do setor primário para o setor manufatureiro e estes foram feitos principalmente na indústria de transformação e para os setores de alta tecnologia e *export-oriented*. Posteriormente, as terceira e quarta etapas se dão a partir dos anos 1990. O principal propósito da terceira é aumentar os investimentos nas indústrias capital-intensivas, abrangendo assim as indústrias químicas, de máquinas e equipamentos de transporte, eletrônicos e comunicação. Enquanto a quarta priorizou o desenvolvimento setores de tecnologia de ponta, centros de pesquisas e setor de serviços. Por fim, a quinta etapa se caracteriza pelo ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

Em relação a forma com que o IDE entrou na China, é importante ressaltar também que ocorreu de maneira gradual. Primeiramente, em 1979, foram autorizados os investimentos através das *joint ventures* (com 25% de capital estrangeiro). Somente em 1986 é que as *Wholly foreign firms* (com participação estrangeira total) foram permitidas dentro das ZEEs, devendo necessariamente exportar 50% de sua produção ou produzir produtos altamente tecnológicos. Posteriormente é que as empresas de capital estrangeiro puderam adentrar o território chinês.

### **2.2.3 Yuan desvalorizado – Economia em ascensão**

Uma das principais medidas econômicas da China foi a manutenção da taxa de câmbio desvalorizada em relação o seu crescimento econômico, permitindo com que o país entrasse definitivamente com todas as forças do mercado internacional.

Ao invés de uma inserção externa ancorada na captação de capitais de curto prazo, pela de conta de capital do balanço de pagamentos (*capital-account*), o governo chinês optou por uma inserção balizada na exportação em larga escala de produtos manufaturados com graus crescentes de densidade tecnológica a preços altamente competitivos,

pela conta de transações correntes (*trade-account*). (OLIVEIRA, p.07).

A partir do final dos anos 1970, o regime de câmbio chinês evoluiu de um mecanismo centralizado de controle para, em 1984, um sistema dual de câmbio apoiado por um lado no regime de flutuação e, por outro, no mercado de *swaps* que garantia preços competitivos às empresas integrantes das ZEEs. Conseguindo, com isto, garantir um alto fluxo de investimentos e divisas.

Em 1994 ocorreu, além de uma maxdesvalorização do Yuan pelo governo Chinês, a unificação do mercado de câmbio e regimes de bandas cambiais, possibilitando que o Yuan flutuasse de acordo com as necessidades da economia. Desde então, a taxa de câmbio vem apresentando como característica sua rigidez (8,28 Yuan/Dólar), o que possibilita que as exportações chinesas sejam mais estimuladas e realizadas com maiores vantagens competitivas. Com a taxa de câmbio desvalorizada em termos reais, os outros Estados submetem a China a grandes pressões para que a mesma transite para um regime de câmbio mais flexível, com um sistema financeiro mais sólido e eficiente, além de uma maior liberalização da conta de capitais.

Em conjunto com a taxa de juros desvalorizada garantindo o escoamento das exportações, a China conseguiu manter uma taxa de juros bastante baixa, por alcançar bom controle da inflação através de ajustes nos preços e nos salários reais. Com juros sempre em baixos patamares, os investimentos eram captados muito mais facilmente. Nas palavras de Oliveira, partindo de uma base de 100 em 1994, atingiu patamar superior a 250 em 2003.

Somente em 2005 é que o Yuan começa a ser apreciado em relação Dólar, saindo de RMB 8,27 para RMB 8,01 por Dólar. Esta valorização ocorreu porque a China precisava se inserir com mais credibilidade internacionalmente e apaziguar o conflito com os EUA, onde era acusada de pregar a “diplomacia do Yuan fraco”. Mesmo com sua moeda valorizada, a economia chinesa, baseada nas exportações não sofreu nenhum desequilíbrio importante.

A flexibilização do Yuan aparece como um movimento tático da China em seu esforço estratégico de manter uma bem-sucedida modernização e crescimento econômico. (CUNHA e BIANCARELLI, 14)

#### **2.2.4 Competitividade**

Com o decorrer do tempo a China vem se transformando de um simples destino de investimentos de baixos custos, para uma economia que possui as mesmas instalações de infraestrutura das maiores economias mundiais. Além de possuir muitas vantagens em relação ao acesso a recursos de força de trabalho e inovação tecnológica altamente qualificada, equiparando-se também às economias dos países desenvolvidos.

Mesmo que outros destinos para investimentos possuam custos trabalhistas mais baixos do que os chineses, deve-se considerar uma ampla gama de fatores antes de mudar o investimento do território chinês. Na China, há grande facilidade nas negociações, disponibilidade de matérias-primas, confiabilidade de fornecimento, produtos de boa qualidade e escala, sendo superior aos destinos aparentemente considerados mais baratos. Com isso, torna-se muito arriscado para as empresas fazerem esta troca, já que podem vir a enfrentar desafios de infraestrutura, falta de *know-how* e instabilidade política. Isto porque, na China, tem-se um cenário altamente promissor, com uma infraestrutura robusta, política estável, tecnologia de produção avançada e força de trabalho qualificada.

Para contornar os custos trabalhistas, que vem aumentando na última década, o governo chinês decidiu fazer fortes investimentos em P&D. Atualmente, mais da metade das empresas da *Fortune 500* são fábricas e centros de P&D que operam na China e ainda muitos outros são aspirantes a operar na China, que visam tornarem-se novos centros mundiais de excelência.

Desta forma, mesmo que sua vantagem competitiva em produtos intensivos em trabalho venha diminuindo, a China está ganhando novas vantagens competitivas em produtos com alto valor agregado. Isto tem grandes implicações para as empresas que terceirizam não apenas o processo de fabricação chinesa, mas também os elementos de engenharia e design de um produto ou projeto.

Constata-se então que a vantagem competitiva chinesa vem se aprimorando constantemente e acrescentando valores e inovação. Uma nova direção foi tomada, e passou a se prezar mais a qualidade, margens de lucro e produtividade ao invés de quantidade, volumes e baixos custos trabalhistas. O Quadro 1 contrapõe os fatores positivos, que induzem a competitividade, e os negativos, contra a competitividade chinesa. Observa-se que força de trabalho barata é um fator que perdurará por algum tempo.

**Quadro 1: Fatores que afetam a competitividade chinesa a pequeno, médio e longo prazo.**



Fonte: The Beijing Axis Analysis

Tradução: Autor

### 3 INFLUÊNCIA DA ECONOMIA CHINESA NA AMÉRICA LATINA

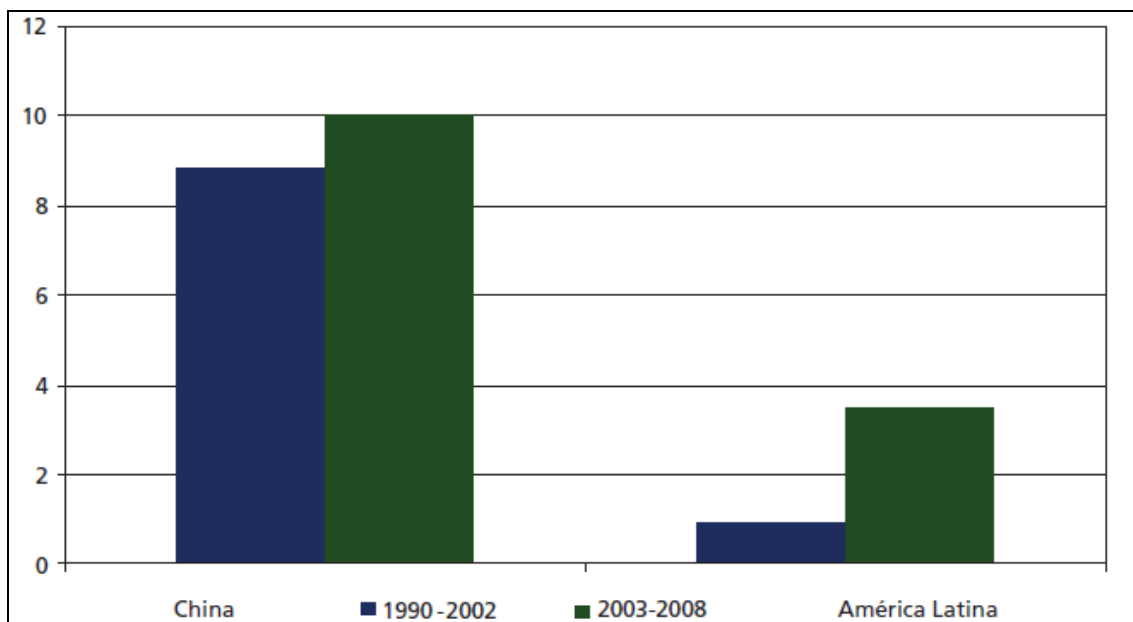
É preciso entender as diferenças e vantagens que a indústria de manufaturados chinesa oferece, em relação à indústria brasileira e da América Latina em geral. Mauricio Mesquita Moreira (economista sênior do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento) aponta em sua publicação “O Desafio Chinês e a Indústria na América Latina” (2005), quatro fatores-chaves que colocam a indústria chinesa em um estágio mais elevado de competitividade, quando comparada com as dos países Latino-Americanos. O primeiro fator-chave é a presença de recursos, como 640 milhões de pessoas, que vivem e trabalham em um ambiente com recursos naturais em abundância, fazendo com que a China adquira vantagens comparativas em produtos intensivos em mão-de-obra. Além disso, os salários na China encontram-se em níveis consideravelmente inferiores aos ofertados na América Latina, inclusive o autor ressalta que essa situação ainda perdurará por muito tempo, pois o país ainda dispõe de grande reserva de mão-de-obra. O segundo fator é produtividade, visto que mesmo com níveis de produtividade inferiores aos do Brasil e do México, por exemplo, essa desvantagem torna-se pequena quando comparada com a diferença salarial. Ainda, as taxas de produtividade vêm crescendo em um ritmo muito mais acelerado na China do que na América Latina, assim a vantagem em termos de produtividade que os Latino-Americanos possuem deve desaparecer. Denominado como escala, o terceiro fator demonstra que mesmo a China não sendo um país rico, é um país grande, possui e maior população do mundo e sua economia movimenta um montante maior do que toda a América Latina. Com isso, as indústrias chinesas, novamente, possuem uma grande vantagem no desenvolvimento de indústrias intensivas em capital e tecnologia. Os altos custos fixos de capital dessas indústrias conseguem ser diluídos, além do grande incentivo ao aprendizado e à inovação industrial. Como quarto e último fator, o autor aponta o papel do Estado:

Enquanto a América Latina passou a década de 1990 ocupada em desmontar o Estado intervencionista da era de substituição de importações, a China entrava no mercado mundial construindo um modelo de desenvolvimento muito similar ao de outros tigres asiáticos. Isto é, um modelo de crescimento com forte intervenção do Estado nos mercados de produto e fatores e com o único e claro objetivo de promover a industrialização via expansão das exportações. Apesar de similar, o fato de o modelo chinês ter sido construído sobre as bases de uma economia socialista deu ao Estado uma importância ainda maior, sem precedentes mesmo no mundo asiático. (Moreira, 2005, p.29).

### 3.1 ANOS 2000: OPORTUNIDADES COMERCIAIS

Durante os anos 1990, as trajetórias macroeconômicas da América Latina e China apresentaram diferentes comportamentos, sendo influenciadas por suas políticas econômicas bastante divergentes. Ambas tiveram ritmos de expansão completamente distintos e entre 1990 e 2002 a renda per capita ao ano chinesa expandiu-se 8,8%, contra apenas 0,9% da América Latina, como evidencia o Gráfico 1.

**Gráfico 1: Crescimento anual do Produto Interno Bruto *per capita* – China e América Latina (em milhões de Dólares).**



Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Elaboração: IPEA

Tal crescimento da economia asiática deve-se às altas taxas de investimento, expansão das exportações de produtos com alto valor agregado em detrimento dos primários, elevado gasto público e expansão do mercado interno.

Por outro lado, após uma década de crescimentos econômicos pífios, como a de 1990, a América do Sul passou a experimentar um crescimento plausível apenas no primeiro decênio dos anos 2000. O Consenso de Washington (CW) falhou em desenvolver a América Latina, pelo contrário, a desigualdade social se consolidou ainda mais; as privatizações e a abertura comercial e financeira levaram as frágeis economias para um limbo com a crise do

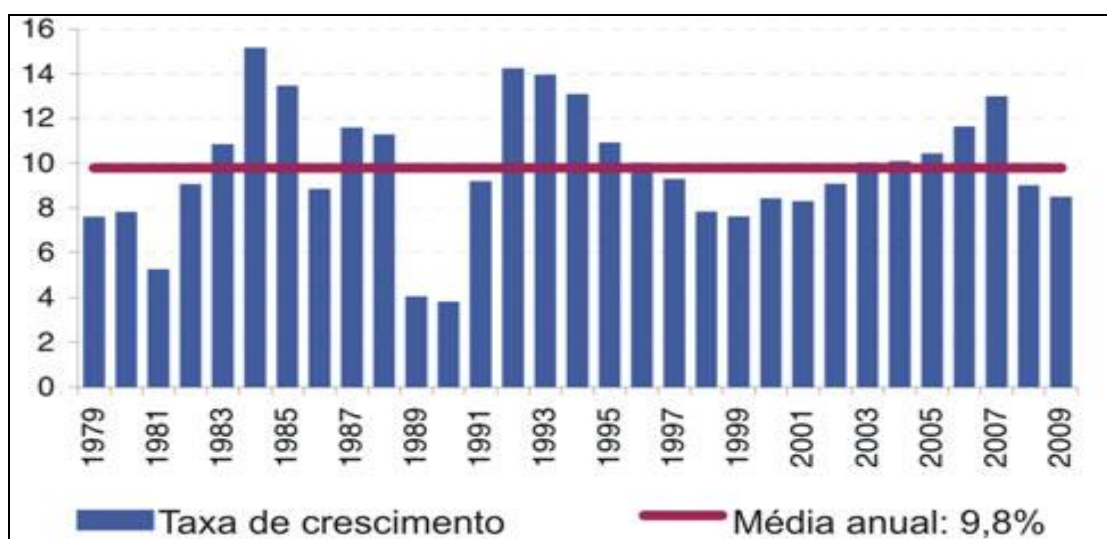
final dos anos 1990, ficando a mercê do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial para obtenção de empréstimos.

Não podendo mais ser sustentado, o modelo liberal do CW cai em 2001 e alguns acontecimentos são apontados como desencadeantes. Neste ano, a crise assolou a Argentina, país que seguiu a receita neoliberal de forma pragmática, e ocorreram os ataques terroristas nos EUA, fazendo como o mesmo reestruturasse suas políticas econômica e de segurança para sustentar a invasão ao Afeganistão. Concomitantemente, neste ano, a China começa a realizar sua liberalização comercial aos poucos, com seu ingresso na OMC, e passa a ganhar credibilidade no cenário internacional, com seguidos superávits comerciais.

Devido a seu grande crescimento, que atingiu a média de 9,8% ao ano nos últimos 30 anos, como demonstrado no Gráfico 2 ao analisar o crescimento do Produto Interno Bruto, a China apresentou-se como um incipiente grande consumidor de recursos naturais e *commodities*. E a fim de suprir essa demanda, coube aos países Sul-Americanos (abundantes em recursos naturais) o fornecimento dos bens e energia necessários para o crescimento chinês. Dessa maneira, a saúde deste impetuoso crescimento depende dos produtos oriundos dos países periféricos e em desenvolvimento.

Além disso, com seu forte poder econômico e militar, a China trona-se uma potência global nos dias atuais, quebrando a clássica visão de interdependência entre o ator Estatal China com as potências Ocidentais, outrora considerada “vertical” ou Norte-Sul.

**Gráfico 2: Taxa de crescimento do PIB da China (%).**



Fonte: Bárcena e Rosales (2010) a partir dos dados do National Bureau of Statistics of China.

Temos então, a partir dos anos 2000, um estreitamento das relações entre a China e os

países Latino-Americanos, tendo como principal fator as relações comerciais. E é a partir desta década que a América Latina vem apresentando uma importante aceleração no seu crescimento. Diferente dos crescimentos vivenciados no passado, que resultaram em déficits na balança de pagamentos e inflação, o atual vem estabilizando a inflação, melhorando as transações correntes e atraindo mais investimentos internacionais. Com isso, o ciclo de expansão da economia da América Latina está fortemente atrelado à conjuntura internacional, ou seja, se as economias dos EUA e da China vão bem, a tendência é que as economias Latino-Americanas acompanhem e também se expandam.

As taxas de desemprego na América Latina vêm diminuindo e, felizmente, em contrapartida as de incremento da renda seguem o caminho inverso, fazendo com que melhoras significativas na distribuição de renda sejam sentidas. A Região apresenta:

No setor externo há superávits em conta corrente desde 2003, com uma média superior a 1% do PIB. Os fluxos de capitais têm sido positivos. Em um quadro internacional de liquidez abundante e juros moderados, o perfil de endividamento tornou-se mais favorável. Em 2006 as reservas internacionais equivaliam 331% das divisas externas de curto prazo, contra 206% verificados em 2002. (Cunha, pg 14).

Diferentemente dos ciclos de crescimento anteriores, que geravam uma profunda deterioração das contas externas, fragilização fiscal e inflação, o começo da primeira década dos anos 2000, traz um ciclo favorável, no qual os países Latino-Americanos vêm apresentando um positivo crescimento e desenvolvimento econômico, comprovado pelos resultados fiscais e externos melhores, sem gerar um ambiente inflacionário. Este cenário otimista acaba por diminuir os indicadores de risco país e conseqüentemente facilita, e muito, na atração de investimentos internacionais.

Este crescimento foi sustentado pelas exportações de *commodities* energéticas e não energéticas. Cunha relata que entre 2002 e 2006 as exportações destes bens acumularam elevações de preços de 150% e 80%, respectivamente. Há melhorias também na distribuição de renda (sendo Brasil e México os dois países que mais apresentam resultados positivos), graças aos seguidos superávits em conta corrente, que possuem uma média superior a 1% do PIB desde 2003.

É interessante comparar o ciclo atual com o verificado nos anos 90, quando a região absorveu volumes expressivos de capital estrangeiro. Entre 1991 e 1994, os países Latino-Americanos receberam o equivalente a 11% do PIB em investimentos (líquidos) em portfólio contra 4% de IDE. Já entre 2003 e 2006, o IDE predominou — 8% do



PIB contra uma saída líquida de investimentos em portfólio entre 0% e 1% do PIB. Em 1998, as reservas internacionais eram de US\$ 180 bilhões contra os US\$ 300 bilhões atingidos no final de 2006. (Western Hemis. Reg. Out.,2006, p. 10-12).

Vaddell (2011) aponta mais três circunstâncias que fizeram com que a China se aproximasse dos países da América Latina: a grande empreitada diplomática para que os países reconheçam a República Popular da China como Estado em detrimento de Taiwan; a aproximação aos países do Sul em instituições e foros multilaterais, a fim de conquistar apoio em outros eventos diplomáticos; e o fato da crise de 2008 ter restringido economicamente gigantescos mercados consumidores, como os EUA e a União Europeia. Em meio a isto, os produtos chineses precisavam de um mercado consumidor consistente para serem exportados e a América Latina apresentou-se como tal.

A expansão para os mercados da América Latina tem sido parte dos objetivos da China de reduzir a sua dependência em relação aos Estados Unidos, Japão e a Europa. (JIANG, 2008, P. 46).

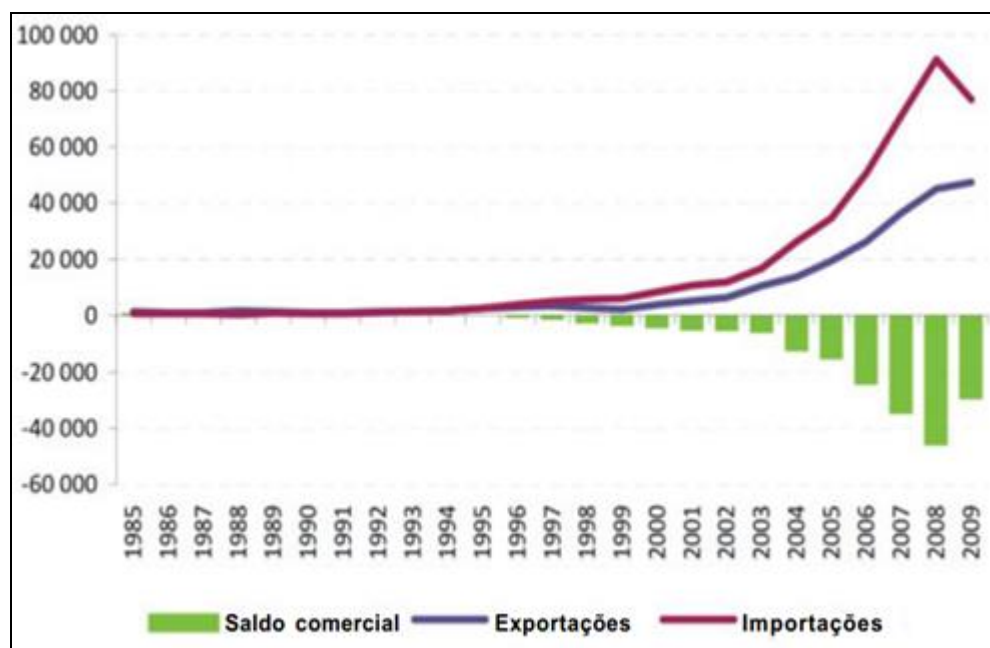
### 3.2 PADRÕES DO COMÉRCIO BILATERAL

Convém ressaltar que as relações econômicas entre a China e a América Latina possuem suas características intrínsecas, com uma concreta intensificação da corrente comercial e IDE. O que se tem de concreto é que a maior parte dos países Latino-Americanos se beneficiou com o crescimento do comércio com a China desde 2001. Porém, pode-se separar o comércio China-América Latina em dois blocos, sendo o primeiro representado por México e América Central (onde predominam déficits com a China) e o segundo pela América do Sul (com superávits sustentados pelo *boom* das exportações de *commodities* primárias e energéticas), sendo o segundo muito mais equilibrado e superavitário para a balança de pagamentos.

O fluxo comercial é baseado predominantemente em exportações provenientes dos países Latino-Americanos de produtos com baixo conteúdo tecnológico e ricos em trabalho, enquanto as importações vindas da China são de altíssimo grau tecnológico e sofisticação, provando uma tendência a primarização da indústria na Região. Por último, em termos econômicos para a China, a América Latina é muito mais importante mercado para absorver suas mercadorias, do que para fornecer matéria-prima e realizar parcerias comerciais. Já que a maioria das importações chinesas de manufaturas é proveniente dos países Asiáticos.

O Gráfico 3, mostra de forma didática que a América Latina juntamente com o Caribe, importam mais do que exportam para China, apresentando assim déficits no balanço comercial.

**Gráfico 3: Exportações, importações e saldo comercial da América Latina e o Caribe com a China (em milhões de Dólares).**



Fonte: Bárcena e Rosales (2010), a partir de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Como já citado, o comércio com China apresenta um padrão de especialização na exportação de bens com baixo teor tecnológico, sendo o sentido oposto visualizado nas importações. Mesmo se considerarmos o México, cerca de 80% das exportações da América Latina são constituídas por *commodities* e produtos primários. E com o passar dos anos, mais essa especialização vai aumentando.

Segundo Cunha (2007), depois do *boom* nos mercados de *commodities*, a região da América Latina vive um momento favorável e, retirando o Brasil, temos um crescimento maior do que nas últimas duas décadas nos principais países da região. Além do crescimento econômico, as finanças públicas e as contas externas estão se estabilizando.

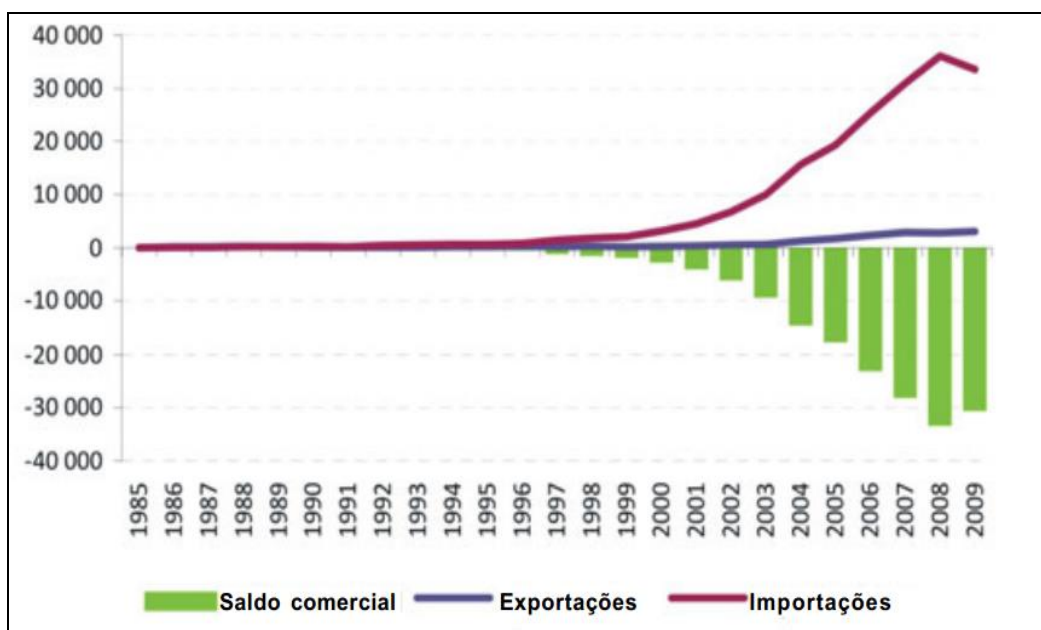
Argentina, Brasil e México exportam aproximadamente 70% dos bens de toda a América Latina, porém enquanto os Sul-Americanos apresentam superávits na balança comercial, o último apresenta um esmagador déficit.

No caso do comércio entre China e México existem muito mais peculiaridades, já que a primeira retirou o posto do México como principal parceiro comercial dos EUA. Além disto, existem diversas dicotomias nas relações bilaterais em se tratando da balança de pagamentos. Enquanto a China é a segunda maior fonte das importações mexicanas (mais da metade corresponde a partes e peças eletrônicas e para a indústria de telecomunicações), não é nem de perto a principal fonte das exportações. Esses componentes chegam até o México, são processados e exportados para os EUA, aliás, as exportações mexicanas necessitam majoritariamente do mercado estadunidense para escoarem.

Uma primeira observação relevante é que, desde a virada do milênio, a China deslocou o México como principal parceiro comercial dos EUA (Nações Unidas, 2006; CAF, 2006).

O México apresenta o caso mais particular, já que mesmo exportando cerca de 40% dos produtos Latino-Americanos, exportou apenas 0,5% para a China neste período. Ficando claro um altíssimo déficit na relação comercial México x China, como também se observa no Gráfico 4.

**Gráfico 4: Exportações, importações e saldo comercial do México e da América Central com a China (em milhões de Dólares).**



Fonte: Bárcena e Rosales (2010), a partir de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Não obstante, segundo Cunha (2007), as importações de produtos oriundos da China pelo México passaram de US\$ 0,5 bilhão no ano de 1995 para US\$ 18 bilhões em 2005. Por possuírem uma indústria com maior dinamismo no setor intensivo em tecnologia, o México e os países caribenhos, são os mais vulneráveis à concorrência chinesa. Suas pautas exportadoras abrangem produtos como vestuário, têxteis e eletrônicos, justamente os setores onde a China possui as maiores vantagens comparativas. Esta vulnerabilidade é mais sentida porque estes países se especializaram nos estágios da cadeia de produção que são mais intensivos em trabalho (por exemplo, importam os componentes eletrônicos, montam os produtos em seus territórios e os exportam) e podem ser transferidos com maior facilidade para países menores.

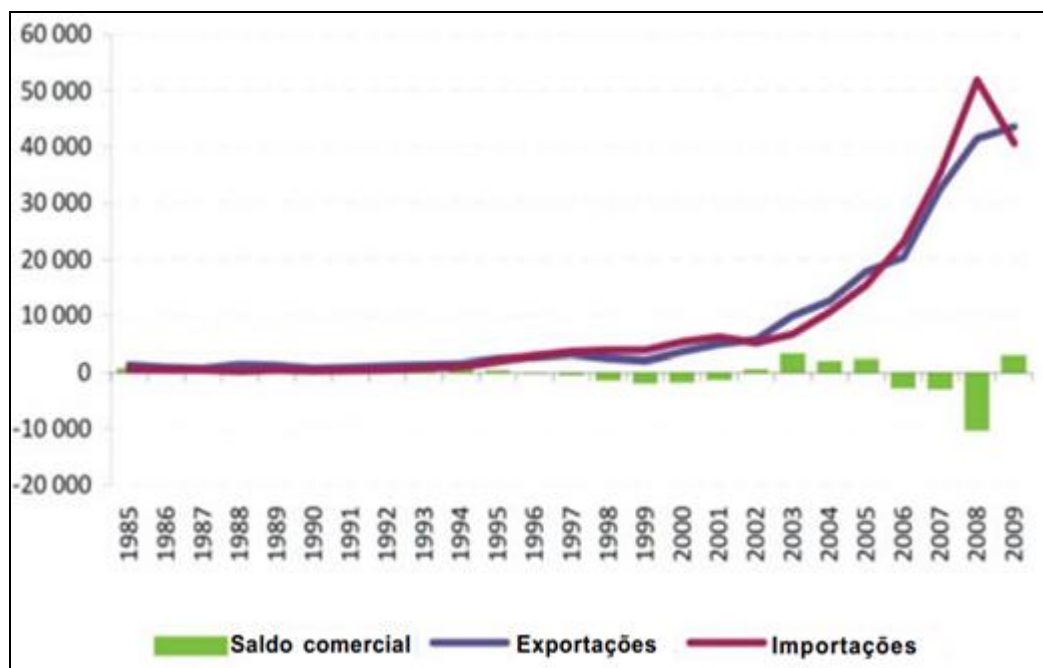
Se excluirmos o México, perceberemos mais claramente a importância da grande absorção chinesa em relação às exportações oriundas da América do Sul, principalmente Argentina e Brasil.

Seguindo caminho inverso da economia mexicana, os países da América do Sul apresentam superávit comercial com a China graças ao comércio de *commodities*. Cunha (2007) relata que 70% dos US\$ 18 bilhões exportados para a China pelos países Sul-Americanos em 2004, é oriundo de três produtos primários: soja em grão, ferro e cobre. Enquanto os produtos manufaturados podem ser praticamente desconsiderados. Entre os países que mais se beneficiaram com a expansão do mercado consumidor da China e o aumento do volume exportado e preços das *commodities*, estão Brasil e a Argentina. Ambos se “aproveitaram” da conjuntura para ampliar seus mercados de energia, alimento e matérias-primas de uso difundido.

Percebe-se que, em detrimento do grande volume de *commodities* exportado, cada vez mais o comércio entre América Latina e China se baseia em exportações de produtos com baixo teor tecnológico e importações de produtos cada vez mais desenvolvidos tecnologicamente.

O Gráfico 5 nos mostra os superávits que os países da América do Sul apresentam em detrimento do comércio bilateral com a China.

**Gráfico 5: Exportações, importações e saldo comercial da América do Sul com a China (em milhões de Dólares).**



Fonte: Bárcena e Rosales (2010), a partir de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

As trocas se fundamentam especificamente em exportações Latino-Americanas de *commodities* e recursos energéticos e minerais para a China, enquanto as importações concentram-se em produtos manufaturados e de alta tecnologia. Por serem mais abundantes em recursos naturais e possuírem vantagem na produção produtos do setor primário, entende-se o porque de os países da América do Sul serem mais favorecidos com aumento das exportações e dos preços das *commodities*. Em seu texto, Vadell (2011) cita um estudo feito por Gallagher e Porzecanski (2010), o qual retrata que esse comércio bilateral está altamente concentrado em poucos Estados e setores. O mesmo estudo mostra que em 2009, 81% das exportações da América Latina para a China se concentravam em 5 países Sul-Americanos (Brasil, Argentina, Chile, Peru e Colômbia) e baseavam-se em 8 diferentes setores (cobre, aço e derivados, soja, minérios, petróleo cru, óleo de soja, celulose e alimentos para animais), implicando no alto grau de especialização da produção de produtos de baixo teor tecnológico por parte desses países.

Por outro lado, por se tratar de produtos manufaturados e de alto teor tecnológico, as importações oriundas da China, acabam prejudicando os países que possuem seus parques industriais mais desenvolvidos, como por exemplo, a Argentina e o próprio Brasil. Isso

porque os países se especializam na produção de produtos primários, fazendo com que suas indústrias se apresentem desfavorecidas em relação às indústrias chinesas. Mesmo com os produtos chineses afetando as indústrias dos países Sul-Americanos, é nessa sub-região que existe a maior complementaridade e instabilidade na balança comercial de toda a América Latina, graças ao aumento dos preços e da quantidade exportada das *commodities*.

Assim se a “fome de matérias-primas” é uma benção no sentido de garantir o drive exportador de economias que já são especializadas em função de suas vantagens comparativas em recursos naturais, ela também pode ser uma ameaça para os que buscam a manutenção de uma base manufatureira mais profunda e diversificada. (Moreira, 2006).

Desta maneira os países Sul-Americanos acabam se especializando na produção de produtos com baixo conteúdo tecnológico, fazendo com que cerca de 80% das exportações se concentrem em produtos primários e processadores de recursos naturais. E essa especialização vem aumentando progressivamente, visto que no início da década de 1990 as importações de produtos básicos consistiam em cerca de 70% e existia até certa melhoria na intensidade de tecnologia das exportações.

Pode-se constatar que, mesmo contribuindo para o crescimento e para certo grau de instabilidade econômica para os países Latino-Americanos, o comércio bilateral com a China ainda é muito assimétrico. Os países do subcontinente dependem muito mais dos bens chineses do que o contrário.

A China está entre os três principais sócios comerciais de vários países Latino-Americanos. Não obstante, devido à assimetria no seu tamanho em relação aos países Latino-Americanos, a China é muito mais importante economicamente para a América Latina do que a região é para a China. Por exemplo, o Brasil, que é o maior exportador da América Latina para a China, ocupa o décimo quarto lugar entre seus provedores, representando somente 1,5% do total das suas importações, e nenhum outro país da região figura entre os vinte principais na fonte de importação. (JENKINS, 2009, p. 2).

Com tamanho crescimento do fluxo comercial, conclui-se que a participação chinesa tem uma relevante importância para a Região. Segundo Cunha (2007), se analisarmos somente a América do Sul, especialmente o Mercosul, veremos que Argentina e Brasil obtiveram as maiores taxas, destinando 8% e 6% das suas exportações para China no ano de 2005. Já na importação, os países Sul-Americanos seguem o caminho contrário, sendo o

México responsável por 55% de todos os bens importados da China entre os anos de 2002 e 2005.

Por exemplo, 70% dos US\$ 18 bilhões exportados para a China pelos países Sul-Americanos em 2004 estão concentrados em três produtos: soja em grão, ferro e cobre. Ampliando-se a lista para os 15 principais produtos ou 90% do total exportado, aparecem também madeira, petróleo, farinha de peixe, alumínio, chumbo, couro, algodão, fumo, frutas e vinhos. Produtos manufaturados ocupam uma margem quase negligenciável. (Nações Unidas, 2006).

Porém, esta característica de exportar *commodities* sempre foi peculiar para os países Sul-Americanos, a diferença em relação à China é que o total exportado é muito mais intenso. Dessa forma, com o intenso crescimento do comércio bilateral, estes países conseguiram se beneficiar da grande demanda chinesa por energia, alimentos e matérias-primas, que por consequência elevou a quantidade de bens exportados e seus preços.

A conjunção entre o *boom* exportador de *commodities* (e o risco da doença holandesa) e a pressão competitiva das manufaturas chinesas representa um importante desafio para os países emergentes que almejam um padrão de inserção menos dependente de ciclos exogenamente determinados pelas forças globalizadas do comércio e das finanças.

O IDE chinês na Região Latino-Americana tem suas características peculiares, apóia-se em setores estratégicos para suprimir a gigantesca necessidade de matérias primas que o país possui. Investimento em exploração de recursos naturais como: cobre, aço, petróleo e soja, e no desenvolvimento da infra-estrutura necessária para o escoamento desses bens, são os principais realizados pela China.

a sub-região é o destino principal do IDEs chineses, que podem ser divididos em três principais categorias, de acordo com seus propósitos: a) “orientados aos recursos naturais” (*natural resource-seeking*); b) “orientados ao mercado” (*market-seeking*) e c) “orientados à eficiência” (*efficiency-seeking*). (VADELL, p.65)

Segundo a Cepal (2008), os Estados Unidos e a União Europeia somados continuam respondem por dois terços dos investimentos externos recebidos pela Região Latino-Americana, enquanto os investimentos intrarregionais totalizam 10%. Entretanto, os investimentos chineses na Região passaram de 35% em 2003, para 50% em 2004.

Até 2002, podemos ilustrar os investimentos chineses em três padrões e em três principais países. O primeiro é caracterizado pelos investimentos que ocorreram no Peru, mais focados no setor de exportações em geral e de infra-estrutura. Já o segundo, era feito no Brasil

e visava exportações de *commodities*. Por último, em terceiro, temos os investimentos nas empresas mexicanas com o intuito de inserí-las no mercado dos EUA (mercado este que aplica muitas medidas protecionistas contra a China). De maneira geral, os investimentos chineses na América Latina são predominantemente em setores que produzem bens ricos em recursos naturais, aproveitando as vantagens comparativas que esses países possuem.

É válido ressaltar que, nos anos posteriores, os investimentos nos países que possuíam Tratados de Livre Comércio com a China (Chile e Peru) foram proporcionalmente mais baixos que nos demais países, descaracterizando a relação entre o montante de comércio e investimento. Por possuir a América Latina como destino para seus produtos industrializados, o IDE Chinês tenderia a ser menor nos setores industriais. Porém, no caso em questão ocorreu uma peculiaridade, já que os investimentos se focaram em países com estrutura industriais compostas, e protegidos regionalmente (instalação de fábricas da empresa Chery no Uruguai e Brasil).

Enfim, mais do que uma política indiscriminada de atração de capital chinês, pode-se considerar que os investimentos chineses são feitos individualmente, de acordo com o padrão de comércio bilateral de cada país Latino-Americano com a China. Ou seja, em relação aos investimentos industriais leva-se em conta a abrangência e peso dos mercados internos e regionais. Já para o mercado de *commodities* e bens naturais, os investimentos são realizados pela capacidade de crescimento produtivo que cada mercado possui.

### 3.3 COMÉRCIO BRASIL X CHINA

#### 3.3.1 Histórico

Para compreender as relações bilaterais entre China e Brasil, é estritamente necessário entender o posicionamento chinês no mundo. As relações externas chinesas são fundamentadas na preservação da independência, soberania e integridade territorial da China, a fim de criar um ambiente internacional favorável às reformas, abertura e modernização do país, além de prezar a paz mundial e impulsionar o desenvolvimento comum.

Segundo o Ministério Brasileiro de Relações Exteriores, existem três questões que caracterizam a política externa da China. São elas: Crescimento econômico, que se define na garantia da exportação de seus bens manufaturados e importação de matéria-prima para seu crescimento; Reconhecimento em âmbito internacional da China em relação a Taiwan; e



Estabilidade regional e resolução favorável de suas disputas em fronteiras marítimas e terrestres.

Desde de 1970 a China vem ganhando eminência no cenário econômico internacional, devido às reformas internas, que modernizaram a economia e buscaram aumentar o volume de investimentos estrangeiros. Devido à sua grande necessidade de insumos para fomentar seu crescimento, a política externa chinesa hoje estabelece relações diplomáticas com 172 países, tendo como foco primordial o fomento do comércio Sul-Sul e a integração política e econômica dos países emergentes na conjuntura internacional.

Além de possuírem territórios com dimensões continentais e grandes populações, China e Brasil apresentam outras particularidades similares. Ambos apresentam importantes disparidades sociais e econômicas semelhantes, como por exemplos, as “ilhas de modernidade”, que são localidades urbanas isoladas, onde se concentram indústrias, comércio dinâmico, grandes instituições financeiras, Universidades, centros de pesquisas, infraestrutura adequada, etc. Nessas “ilhas” que se concentram a população com melhor qualidade de vida e poder aquisitivo.

Brasil e China começariam seus contatos econômicos no final do século XIX, através da vinda de mão-de-obra chinesa para as lavouras de café brasileiras. Porém, não foi possível concretizar este acordo e, ao invés de chineses, foram os europeus que vieram trabalhar em nosso país. O governo chinês tinha receio de que a mão-de-obra enviada para o Brasil fosse utilizada como escrava, em vista o histórico escravista que o país possuía.

Posteriormente foi assinado um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, também com o intuito de trazer mão de obra chinesa para o Brasil, mas novamente não se obteve sucesso devido à conjuntura internacional da época.

De 1911 até 1949, as relações entre os dois países foram apenas diplomáticas. Em vista do cenário da Guerra Fria e pelo fato do governo brasileiro ser aliado ao governo dos EUA, o Brasil rompe as relações com China Continental e reconhece apenas a China Nacionalista (Taiwan) como legítima. Com o acirramento da Guerra Fria e a eclosão da Guerra da Coreia, o Brasil estrategicamente se alinha com as visões estratégicas dos EUA. Nesse contexto, no ano de 1952, o embaixador brasileiro Gastão de Rio Branco abre uma embaixada brasileira em Taipei, dando ainda mais legitimidade ao regime nacionalista chinês.

Somente em 1961 o Brasil se reaproxima da República Popular da China, quando o então vice-presidente João Goulart embarca para uma missão comercial em Pequim. Em 1964, uma comitiva chinesa que estava no Brasil para uma missão comercial acaba sendo

presa, causando um grande desconforto diplomático, que acaba retrocedendo ainda mais a aproximação dos dois países.

As relações só foram reatadas 10 anos depois, quando o presidente brasileiro Geisel lança as bases para um convívio de sucesso entre os dois países. No setor político-diplomático foi estabelecido um ordenamento multilateral, controlado pelas Nações Unidas, para que os problemas fossem resolvidos de forma democrática e transparente. Estabeleceram uma ampla cooperação nos fóruns multilaterais, posicionando-se quase sempre da mesma maneira, e com isso tomando decisões concordantes e defendendo o mesmo ponto de vista em favor dos países em desenvolvimento. Com o decorrer dos anos, as relações políticas foram se construindo de forma satisfatória e se solidificaram algumas décadas depois, quando os funcionários de alto escalão dos dois países começaram a se visitar mutuamente. Alguns exemplos são: a visita do presidente Ziang Zemin ao Brasil, em 1993 e 2001, e a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à China, em 1995. Assim, conforme passava o tempo, às relações políticas entre o Brasil e a China foram se intensificando nas esferas bilateral e multilateral e hoje os países são importantes parceiros em foros intencionais, como o BRICS e o G-20.

Os dois países também cooperam no ramo tecnocientífico desde os anos 1980. Desenvolveram o programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) com recursos e tecnologias próprios. Este programa tinha o intuito de produzir satélites de sensoriamento remoto para a observação de recursos terrestres, teve o seu primeiro lançamento de satélite em 1999 e foi considerado como um divisor de águas para a cooperação tecnocientífica entre Brasil e China, constituindo hoje um símbolo da parceria estratégica bilateral. Parceria esta que vem se aprofundando em áreas como tecnologia da informação, biotecnologia e recursos energéticos, nanociência e nanotecnologia.

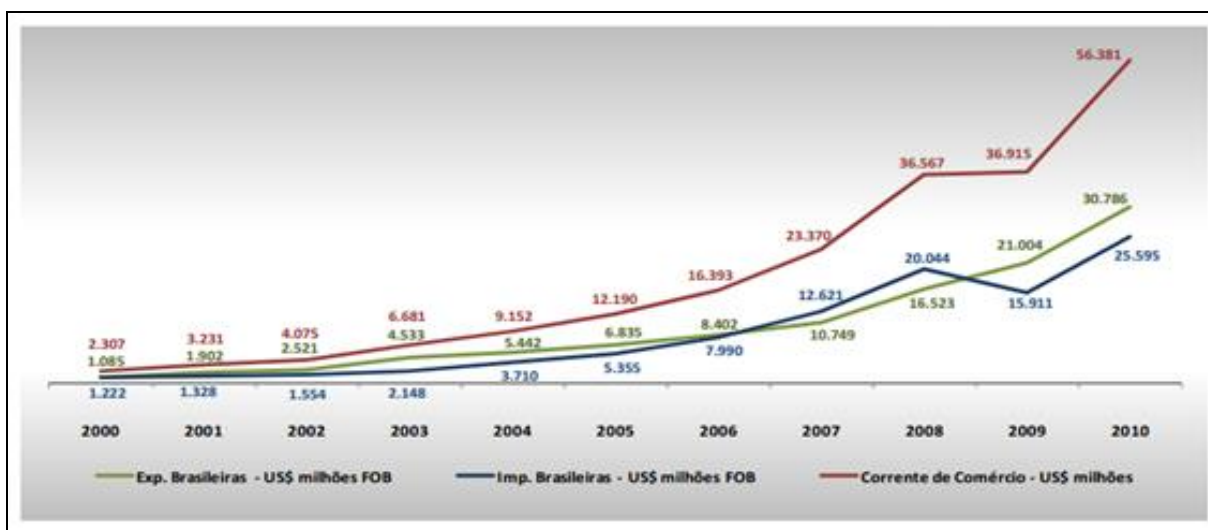
Desde o ano de 1974, o relacionamento comercial sino-brasileiro vem se solidificando profundamente. Até o início dos anos 1990, o fluxo de comércio bilateral foi aumentando aos poucos e de forma muito cautelosa, com a abertura da economia brasileira a partir desta década, no último ano de governo do presidente Itamar Franco, e a inserção da China no mercado internacional, o intercâmbio comercial sino-brasileiro entrou em uma fase de alto desenvolvimento, a qual perdura até os dias atuais. Incrivelmente, entre 2001 e 2012 a China saltou de sexto para o maior importador de produtos brasileiros, ultrapassando tradicionais parceiros comerciais brasileiros, como por exemplo, Japão, Alemanha, Argentina e EUA. Onde o fluxo comercial se baseia principalmente em exportações de bens eletrônicos e

maquinário chinês, enquanto que os bens brasileiros exportados para o mesmo são minérios, produtos agrícolas e outros tipos de produtos com baixíssimo valor agregado. Com isso, as indústrias brasileiras tiveram grandes dificuldades competitivas, fazendo com que os investimentos fossem priorizados nas áreas de gestão empresarial, enquanto que a ampliação e implantação de novos projetos industriais foram praticamente esquecidas.

### 3.3.2 Comércio bilateral

A partir do ano de 2006, o fluxo comercial entre os dois países, Brasil e China, começa a se expandir, tendo como principal característica o maior volume de importações oriundas da China até o ano de 2008, fato exemplificado no Gráfico 6. Somente na segunda metade do ano de 2008 é que as exportações brasileiras ultrapassaram as importações, também mostrado no mesmo Gráfico, e continuam assim até os dias de hoje.

**Gráfico 6: Corrente de Comércio Brasil-China.**



Fonte: MDIC.

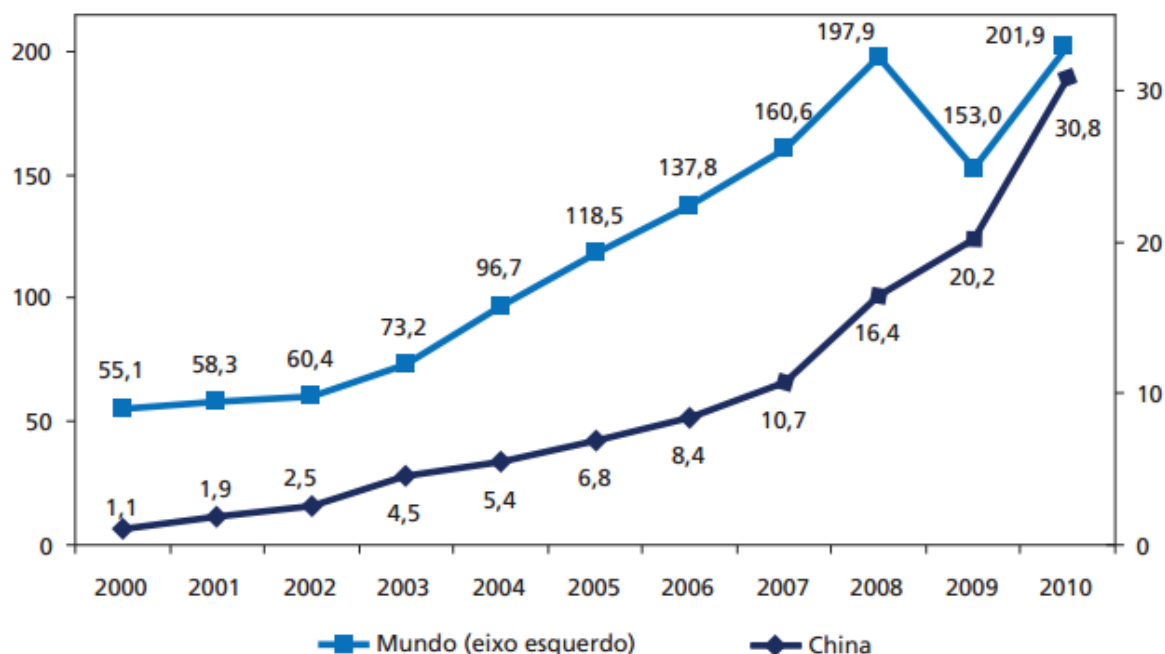
Elaboração: UICC – Apex – Brasil.

A relação bilateral entre China e Brasil começou a se intensificar em 2009, tornando a China o principal parceiro comercial do nosso país. No ano seguinte, em 2010, as exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 30,8 bilhões, apresentando uma taxa média anual superior a 30% entre 2005 e 2010. No decênio 2000-2010, as exportações brasileiras para a China explodiram de pouco mais de US\$ 1 bilhão em 2000 para US\$ 30,8 bilhões em 2010,

ou seja, não foram afetadas pela crise econômica mundial de 2008 e ajudaram o Brasil a diluir as perdas comerciais neste período.

Esta década também trouxe outro fato interessante, em 2000 a China não estava nem entre os dez principais países importadores dos produtos brasileiros, sendo por ordem crescente: Reino Unido, México, Bélgica, França, Itália, Japão, Alemanha, Holanda, Argentina e Estados Unidos. Já em 2009, o país já havia ultrapassados os Estados Unidos, passando a ocupar o pleito de principal destino das exportações brasileiras desde então, como se pode confirmar no Gráfico 7.

**Gráfico 7: Exportações Brasileiras para o Mundo e para a China (em bilhões de Dólares).**



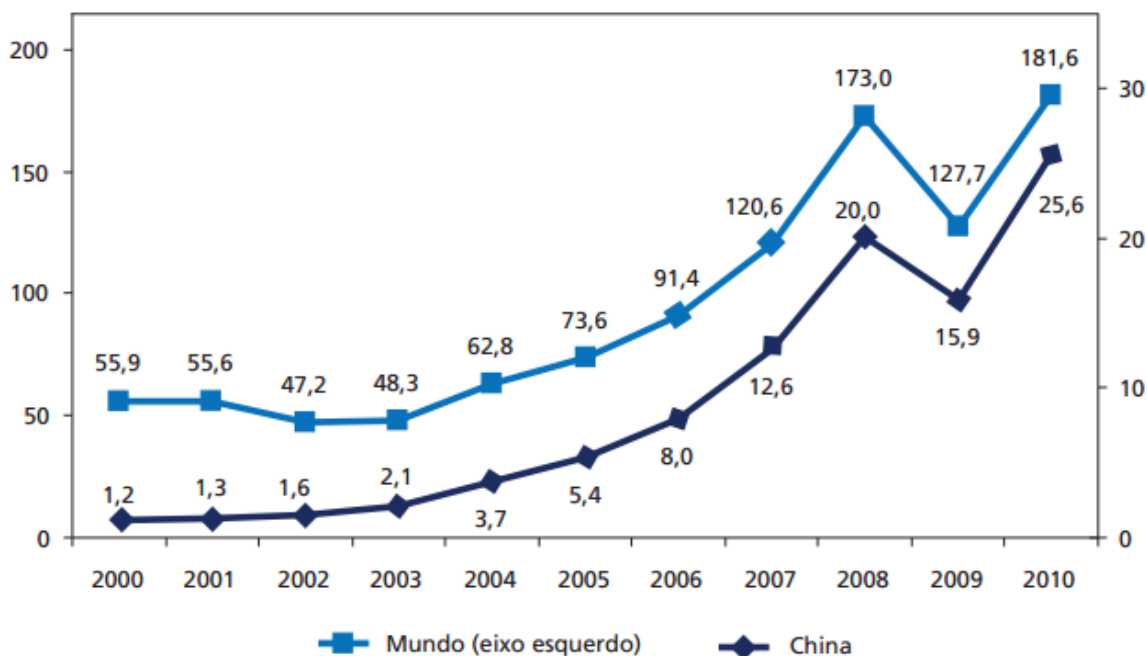
Fonte: Comtrade/Organização das Nações Unidas (ONU).

Elaboração: IPEA.

Seguindo o mesmo caminho crescente das exportações, as importações saltaram de US\$ 1,2 bilhão em 2000, para US\$ 25,6 no final de 2010. Esse avanço, evidenciado no Gráfico 8, trouxe a China para a posição de uns dos principais países importadores de produtos brasileiros, diminuindo a participação dos três principais parceiros (Estados Unidos, Argentina e Alemanha) significativamente. Para se ter uma ideia, o Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada (IPEA) nos traz a informação de que, no ano de 2001, o Brasil importou

dos EUA US\$ 31,1 bilhões, enquanto que da China, US\$ 1,2. Em 2010, as exportações foram de US\$ 27,3 e US\$ 25,6, respectivamente.

**Gráfico 8: Importações Brasileiras do Mundo e da China (em bilhões de Dólares).**

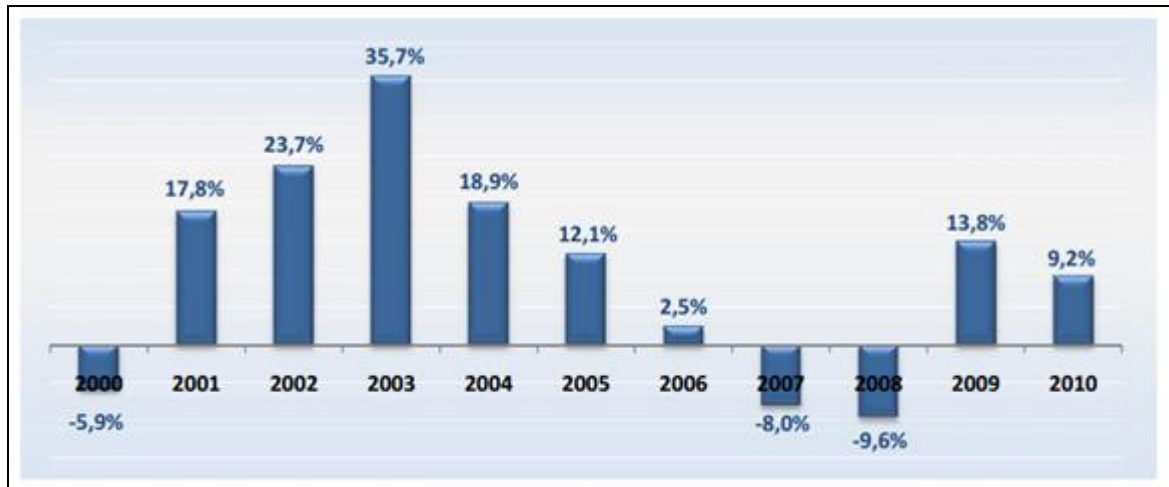


Fonte: Comtrade/ Organização das Nações Unidas (ONU)..

Elaboração: IPEA.

Nesses dez anos, em uma média geral, a balança comercial foi favorável para o Brasil. Em 2003, esse superávit atingiu seu pico, representando aproximadamente 36% da corrente de comércio entre os dois países. Em 2007 e 2008, o saldo comercial caracterizou-se como negativo, contudo apresentou significativa recuperação em 2009, como se pode constatar ao analisar o Gráfico 9.

**Gráfico 9: Saldo Comercial Relativo Brasil-China (%).**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Elaboração: Unidade de Inteligência Comercial e Competitiva a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (UICC - Apex – Brasil).

Mesmo tendo um saldo superavitário no comércio bilateral, o Brasil ainda centraliza suas exportações em matérias-primas, enquanto suas importações são predominantemente de produtos manufaturados de alto valor agregado e alta tecnologia, como afirma Thorstensen (2011). Entre os anos 2000 e 2009 os produtos primários passaram de 68% para 83% da pauta exportadora. Porém, veremos isto mais detalhadamente no decorrer da exposição.

### **3.3.3 Características da pauta exportadora brasileira**

Como dito anteriormente, a pauta exportadora brasileira é formada basicamente por produtos primários de baixa intensidade tecnológica e valor agregado. Assim, percebe-se que houve uma concentração de certos produtos, quando comparamos a pauta exportadora do ano de 2005 e do ano de 2010, segundo dados da agência APEX no Quadro 2.

**Quadro 2: Dez principais setores exportados pelo Brasil para a China por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) três dígitos – 2005 e 2010.**

Setor CNAE	Descrição	Valor exportado em 2005 (em US\$)	Participação nas exportações totais em 2005	Setor CNAE	Descrição	Valor exportado em 2010 (em US\$)	Participação nas exportações totais em 2010
131	Extração de minério de ferro	1.784.631.125	26,1%	131	Extração de minério de ferro	13.338.017.356	43,3%
011	Produção de lavouras temporárias	1.723.163.201	25,2%	011	Produção de lavouras temporárias	7.141.617.952	23,2%
111	Extração de petróleo e gás natural	541.629.596	7,9%	111	Extração de petróleo e gás natural	4.053.449.415	13,2%
272	Siderurgia	436.883.422	6,4%	211	Celulose e outras pastas para a fabricação de papel	1.126.181.015	3,7%
211	Celulose e outras pastas para a fabricação de papel	270.051.381	4,0%	153	Produção de óleos e gorduras vegetais e animais	792.701.173	2,6%
191	Curtimento e outras preparações de couro	248.842.592	3,6%	156	Fabricação e refino de açúcar	514.767.047	1,7%
160	Produtos do fumo	247.946.126	3,6%	271	Ferro-gusa e de ferroligas	431.348.204	1,4%
153	Óleos e gorduras vegetais e animais	171.693.289	2,5%	353	Construção, montagem e reparação de aeronaves	380.134.877	1,2%
201	Desdobramento de madeira	141.847.669	2,1%	191	Curtimento e outras preparações de couro	351.071.668	1,1%
344	Peças e acessórios para veículos automotores	124.559.796	1,8%	160	Produtos do fumo	343.341.860	1,1%
	Outros	1.143.748.783	16,7%		Outros	2.313.275.875	7,5%
	<b>Total</b>	<b>6.834.996.980</b>	<b>100%</b>		<b>Total</b>	<b>30.785.906.442</b>	<b>100%</b>

Fonte: MDIC.

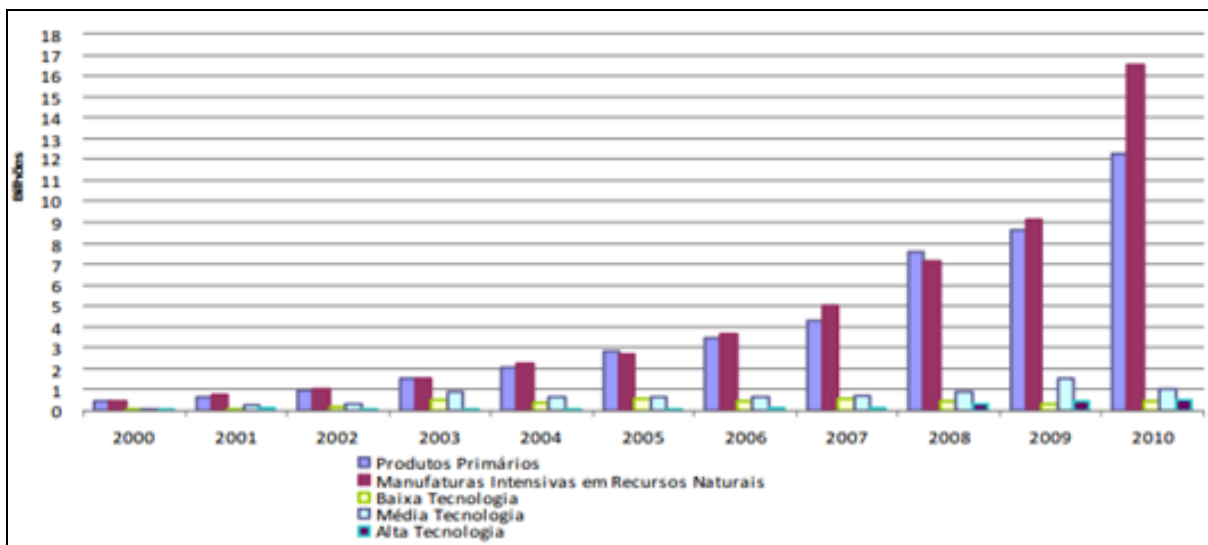
Elaboração: UICC – Apex – Brasil.

Podemos concluir mais uma vez que a intensidade tecnológica aplicada nos produtos da pauta exportadora brasileira é baixíssima, visto que esta se concentra majoritariamente em produtos primários. Além disto, a concentração de produtos também é grande, em 2010 92,5% das exportações brasileiras foram representadas por 10 produtos, e os produtos que apresentaram a participação das exportações neste ano foram: minérios (43,3%), produção de lavouras temporárias (23,2%) e combustíveis fósseis (13,2%), totalizando um montante de 79,7% de todas as exportações brasileiras para a China.

Não podemos descartar o fato que o Brasil faturou muito com a exportação destes produtos. Somente em 2010 as exportações de manufaturados somaram US\$ 16,5 bilhões, seguida de perto pelos produtos primários, que totalizaram US\$ 12 bilhões, liderando assim os segmentos que mais cresceram em termos absolutos nestes dez anos.

Em outro patamar estão os produtos de baixa, média e alta tecnologia que exportaram, no ano de 2010, US\$ 400 milhões, US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão respectivamente. A pauta exportadora, estratificada pela intensidade tecnológica de cada produto, pode ser observada no Gráfico 10.

**Gráfico 10: Pauta exportadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto (em milhões de Dólares).**



Fonte: Comtrade/Organização das Nações Unidas (ONU).

Elaboração: IPEA.

Nesses últimos dez anos, segundo o IPEA, a cada Dólar exportado do Brasil para a China, US\$ 0,87 correspondem a produtos primários e de manufaturas intensivas, US\$ 0,07 de produtos de média intensidade tecnológica e apenas US\$0,02 de produtos de alta tecnologia.

Em comparação com o restante do mundo, cada Dólar exportado pelo Brasil corresponde a US\$ 0,58 de produtos primários e manufaturas intensivas em recursos naturais, US\$ 0,25 de produtos de média tecnologia, US\$ 0,08 para os produtos de baixa tecnologia e US\$ 0,08 para produtos de alta tecnologia.

Desta maneira, podemos perceber que o ramo de produtos de média tecnologia é o onde o Brasil tem mais dificuldade para adentrar o comércio chinês. Isso se dá pela alta competitividade dos produtos da China e pelo fato de que estes produtos possuem uma presença mais significativa nos mercados de outros países.

### 3.3.4 Características da pauta importadora brasileira

A pauta importadora segue caminho reverso, há uma tendência à desconcentração dos produtos importados. Mesmo com essa desconcentração, ainda houve um aumento de consideráveis 370% nas importações. Salientando que a pauta importadora é baseada em



produtos manufaturados de alta tecnologia e valor agregado, que podem ser observados na Quadro 3.

**Quadro 3: Dez principais setores importados pelo Brasil para a China por CNAE três dígitos – 2005 e 2010.**

Setor CNAE	Descrição	Valor importado em 2005 (em US\$)	Participação nas importações totais em 2005	Setor CNAE	Descrição	Valor importado em 2010 (em US\$)	Participação nas importações totais em 2010
323	Aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	950.641.461	17,8%	302	Máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para processamento de dados	2.480.110.832	9,7%
321	Material eletrônico básico	437.435.103	8,2%	323	Aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	2.158.785.808	8,4%
302	Máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para processamento de dados	430.544.114	8,0%	321	Material eletrônico básico	1.681.160.603	6,6%
322	Aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio	281.976.707	5,3%	322	Aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio	1.633.856.151	6,4%
334	Aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos	280.734.743	5,2%	272	Siderurgia	1.348.714.201	5,3%
245	Produtos farmacêuticos	233.769.477	4,4%	292	Máquinas e equipamentos de uso geral	1.254.178.354	4,9%
242	Produtos químicos orgânicos	202.125.465	3,8%	245	Produtos farmacêuticos	773.696.042	3,0%
173	Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem	167.895.437	3,1%	369	Produtos diversos	769.396.101	3,0%
369	Produtos diversos	166.117.429	3,1%	311	Geradores, transformadores e motores	679.923.002	2,7%
231	Coquearias	163.572.577	3,1%	291	Motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão	640.081.420	2,5%
	Outros	2.039.706.848	38,1%		Outros	12.174.998.382	47,6%
	<b>Total</b>	<b>5.354.519.361</b>	<b>100%</b>		<b>Total</b>	<b>25.594.900.896</b>	<b>100%</b>

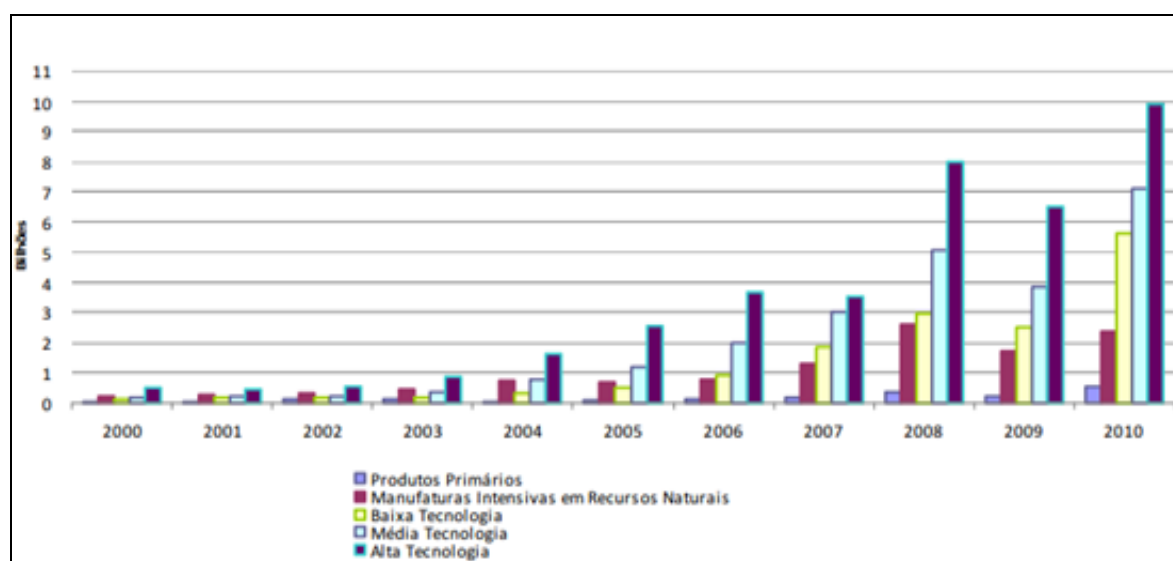
Fonte: MDIC.

Elaboração: UICC – Apex – Brasil.

Os principais produtos chineses importados pelo Brasil em 2010 foram máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos (9,75%), aparelhos receptores de rádio e televisão (8,4%) material eletrônico básico (6,6%) e aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia (6,4%), totalizando 31,15% das importações oriundas da China.

Quando analisamos a pauta de importação por intensidade tecnológica, novamente temos o caminho inverso das exportações. Segundo o IPEA, entre 2000 e 2010, o montante das importações brasileiras oriundas da China aumentou gritantemente. Evidenciada no Gráfico 11, no primeiro ano do decênio o total da pauta importadora era de US\$ 487 milhões, passando para US\$ 10 bilhões em 2010.

**Gráfico 11: Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto (em milhões de Dólares).**



Fonte: Comtrade/Organização das Nações Unidas (ONU).

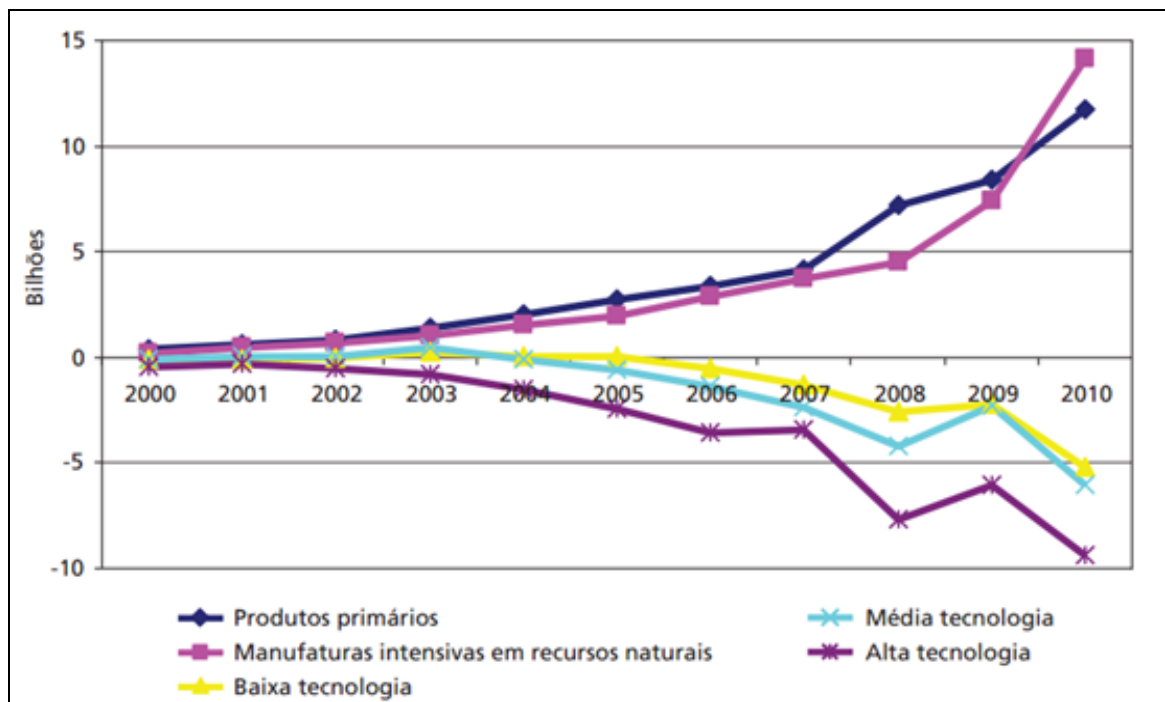
Elaboração: IPEA.

Os produtos de alta tecnologia sempre abrangeram uma grande fatia da totalidade das importações brasileiras, não sendo inferior a 36% em nenhum ponto do período analisado, e chegando a 50% a partir do ano de 2005. Porém essa participação teve uma leve diminuição nos anos finais, de 2009 e 2010, graças ao aumento das importações de produtos chineses de média tecnologia. Essa parcela do mercado evoluiu de 16% no ano 2000 para 44% no ano de 2009, conseqüentemente, estes dois segmentos comerciais (média e alta tecnologia) são os que o Brasil possui mais desvantagem competitiva para adentrar no mercado chinês.

### 3.3.5 Balança comercial

Ao analisarmos a balança comercial sino-brasileira por intensidade tecnológica, observaremos que o Brasil possui um histórico positivo em superávits, porém esses superávits são oriundos de produtos primários e manufaturas ricas em recursos naturais. Quando se trata das categorias com tecnologia agregada, percebemos que ocorre déficit para o Brasil, especialmente se focarmos nos produtos com as mais altas tecnologias incorporadas, como esquematizado no Gráfico 12.

**Gráfico 12: Balança comercial do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto (em bilhões de Dólares).**



Fonte: Comtrade/Organização das Nações Unidas (ONU).

Elaboração: IPEA.

No ano 2000, 10 dentre os 20 principais produtos exportados para a China correspondiam por 82% de toda a pauta, sendo que 56% desse montante era formado por sementes, frutos oleaginosos e sementes e minério de ferro e seus concentrados.

Porém, a partir do ano de 2006, essa pauta, que já tinha um grau elevado de concentração, se concentrou ainda mais. Os 10 primeiros produtos passaram a corresponder por 87% das exportações, chegando a atingir a marca de 92,5% em 2010. Nesse mesmo ano, 82% das exportações eram fundamentadas apenas em minério de ferro e seus concentrados, sementes e oleaginosos e petróleo.

Para termos ideia da concentração de exportações de produtos primários e ricos em recursos naturais, peguemos o período entre 2000 e 2010. Nesses dez anos foi exportado para a China um montante de US\$ 848 milhões em peças e acessórios para veículos automotores e cerca de US\$ 1,3 bilhão em aeronaves e seus produtos. Por outro lado, se pegarmos os valores de produtos sem tecnologia agregada, veremos que nesse mesmo período foram exportados US\$ 36,6 bilhões em minério de ferro, US\$ 30,4 bilhões em sementes e frutos oleaginosos, US\$ 9,6 bilhões em petróleo e óleos minerais e US\$ 4,8 bilhões em pasta de papel e celulose.

Percebe-se que o comércio bilateral entre os dois países é muito significativo. Nos 10 anos que compreenderam 2000 a 2010, no total da pauta comercial, a participação das exportações brasileiras evoluiu de 1,97% para 15,25%, enquanto as importações chegaram a 14,08%.

As “máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para processamento de dados” são os principais itens de exportação da China e apresentaram, em 2010, um crescimento 90% em relação a 2005. O segundo segmento mais exportado pelo mercado chinês é o de “aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia”, seguidos do segmento de “confecção de artigo de vestuário. (APEX, 2011, p.40)

Há certo receio quanto a esse grande desenvolvimento chinês. Por um lado, em âmbito internacional, os produtos chineses podem em muitas vezes “roubar” o lugar dos produtos brasileiros. E isso já vem acontecendo, por exemplo, nos EUA, a concorrência entre os produtos brasileiros e chineses é enorme, principalmente em setores de produtos ferroviários, cerâmicos, madeira, enfim, em uma vasta gama de produtos. Ainda, em outro ponto, internamente os produtos chineses podem afetar a indústria brasileira, por serem muito competitivos. É impossível imprimir os mesmos salários e condições de trabalho chinesas aqui no Brasil e competir nos setores em que eles se especializaram (produtos com alto valor agregado), desta maneira a indústria em geral passa a abrir mão de produtos com maior valor agregado e começa a se especializar em produtos primários e com baixo valor agregado.

Entretanto, a expansão do comércio sino-brasileiro trouxe muitos benefícios para a economia brasileira. Relataram-se anos seguidos com superávits comerciais alavancados pelas exportações de produtos primários, devido ao grande crescimento chinês e sua grande demanda por matérias-primas.

O que é sabido, é que se precisa ter uma maior preocupação com a balança comercial, já que cada vez mais as importações de produtos de alta tecnologia vêm aumentando, e, diminuindo assim as fatias dos superávits na balança comercial. É preciso complementar as exportações chinesas perante o mercado mundial, porém não será muito proveitoso para o Brasil se especializar somente em produtos primários com baixo valor agregado, pois correrá sempre um risco grande de comprometer a balança comercial.

É imprescindível que o Brasil amplie o comércio com a China, porém, além da área comercial, também devem ser feitas parcerias nas áreas política e econômica. Com esse forte crescimento chinês, tudo leva a crer que a China passará a ter voz mais ativa no cenário

internacional e na tomada de decisões, por isso será sempre bom tê-la como parceira para dinamizar o desenvolvimento brasileiro.

### 3.4 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO

Segundo o Banco Central do Brasil, o fluxo de IDE chinês cresceu 66,3% entre anos de 2001 e 2010, tendo neste último ano alcançado o recorde histórico de US\$ 52,6 bilhões. A maioria desses investimentos é feita na agropecuária, mineração e indústria química e de refinamento de petróleo. Historicamente, os investimentos chineses no Brasil têm como principal objetivo garantir o fornecimento de matérias-primas para seu mercado doméstico.

O IPEA nos traz os principais destinos setoriais do IDE chinês no Brasil, em 2008, foram: comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (37%); produção de semi-acabados em aço (14,1%); e fabricação de malte, cervejas e chopes (13,7%). Em 2009, verificou-se uma mudança na participação setorial do IDE chinês, já que os que obtiveram as maiores participações foram: bancos múltiplos, com carteira comercial (73,2%); comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (4%); e serviços combinados de escritório e apoio administrativo (4%).

Esse crescimento em atração de IDE também está relacionado com a China. Os investimentos chineses se expandiram 294,5% de 2001 a 2010. No ano de 2010, a China foi o país que mais investiu no Brasil, com um total de US\$ 7,5 bilhões, ou 15% do total de IDE recebidos pelo país. Mesmo com esse grande crescimento, o montante total de investimentos chineses no Brasil ainda é pequeno, visto que em 2010 o país ocupava apenas a 20ª posição geral em investimentos, com menos de 1% de representatividade.

A partir do ano de 2009, nota-se uma mudança nos setores em que os investimentos foram feitos, ou seja, começou-se a investir em setores de serviços, como por exemplo, bancos múltiplos com carteira comercial, os quais obtiveram 73,2% e serviços administrativos, com 4% do total. É a partir desse ano também que se começa a ter uma grande quantidade de empresas brasileiras adquiridas por empresas chinesas, chegando a um valor de US\$ 14,9 milhões no ano de 2010. Estas aquisições foram principalmente ligadas à extração de petróleo (do pré-sal brasileiro), finanças, mineração e energia elétrica.

Porém, as aquisições não ficaram limitadas apenas a estes setores, mas empresas agropecuárias e de agricultura também foram compradas. Vale salientar que as empresas chinesas já atuam no Brasil, desde com equipamentos de telecomunicações (Lenovo, ZTE e

Huawei), passando pelo setor financeiro e de energia elétrica (*China State Grid Corp*), até automóveis. Já no setor automobilístico, em 2009 foi instalada a primeira fábrica da empresa Cherry, com um investimento de cerca de US\$ 400 milhões. No setor financeiro, o *Bank of China*, controlado pelo governo chinês, abriu em 2010 uma subsidiária em São Paulo, com o objetivo de facilitar e agilizar o comércio e as atividades econômicas de empresas brasileiras e chinesas.

O mais interessante é que estes investimentos são feitos de forma planejada, ou seja, em 2002 foi estabelecida uma política de *Going Global* para a internacionalização em massa das empresas chinesas. E para cada região do planeta, o país tem diferentes objetivos, por exemplo, na América Latina o intuito dos investimentos é conseguir suprir a demanda por recursos naturais e energia que o país precisará para dar continuidade a sua expansão econômica e social. Na tentativa de ilustrar tal fato, podemos citar como exemplo o empréstimo de US\$ 10 bilhões que o Banco de Desenvolvimento da China realizou para a Petrobras, que, por sua vez, assinou um contrato com a estatal chinesa Sinopec. O contrato de 10 anos garante o fornecimento de 150 mil barris por dia no primeiro ano, passando para 200 mil barris por dia nos anos posteriores. Deixando claro o intuito de uma política de segurança energética, garantindo o acesso às fontes de recursos naturais e influenciando os preços desses setores.

Essa grande expansão de investimentos, sem um controle rigoroso do governo brasileiro, principalmente na questão de acesso ao mercado, pode acarretar em sérios problemas à economia brasileira. A tendência é que o Brasil perca o controle estratégico sobre suas fontes de energia e recursos naturais, além de encaminhar o país para a especialização na produção de bens primários e com baixo valor agregado, já que não há transferência de tecnologia chinesa para o país.

Partindo de outro ponto de vista, inverso ao primeiro, observa-se um caso totalmente díspar. Diferentemente do IDE brasileiro para o resto do mundo, o IDE brasileiro na China, segundo o Banco Central do Brasil, que possuía o montante de 0,06% em 2006, reduziu para 0,03% em 2010, fazendo com que a mesma seja a apenas o 30º país em receber investimentos brasileiros, em todo o mundo.

Essa minúscula quantidade de investimentos feita na China é explicável. De um lado, existe um número muito pequeno de empresas brasileiras que conseguem e se esforçam para se internacionalizar, por outro, existe uma infinidade de restrições e dificuldades para que empresas estrangeiras adentrem alguns setores específicos do mercado interno chinês. O

regulamento interno impõe muitas conformidades, que vão desde a obrigatoriedade de operação com parcerias locais a proibição total de IDE em setores que são considerados estratégicos e de segurança nacional.

Na China, as empresas do Brasil sofrem muitas restrições porque concorrem diretamente com empresas chinesas consideradas de setores estratégicos, sendo assim, são obrigadas a agir com parceiros locais para poderem funcionar e operar.

Em vista dos pontos levantados e discutidos neste capítulo, torna-se possível um melhor entendimento a respeito da especialização do Brasil e da América Latina como um todo, na produção e exportação de bens ricos em recursos naturais para a China, enquanto importa majoritariamente manufaturas tecnológicas. Essa escolha produtiva garantiu para a Região um crescimento muito favorável durante a primeira década dos anos 2000. Levando em consideração que em 2010 a população da China alcançou a marca de 1,34 bilhão de habitantes, podendo chegar a 1,36 bilhão no ano de 2015, além do fato de o país ser o quarto maior país do mundo e ter elevadas taxas de crescimento econômico, pode-se crer que o país ainda apresentará novos e importantes processos de crescimento. Uma vez que este vem modernizando sua economia constantemente e integrando-se aos fluxos de comércio e investimentos internacionais. Segundo dados do *World Bank*, o PIB da China, em Dólares, foi de US\$ 8,227 trilhões em 2012, e de acordo com o *website The World Factbook*, em termos de Paridade de Poder de Compra (PPC), o PIB chinês alcançou US\$ 13,39 trilhões em 2013. Tais dados confirmam a assertiva anterior, estimulando as especulações de que a China necessitará de combustível para alimentar seu crescimento acelerado e este, por sua vez, será fornecido pelos países que possuem matérias primas e recursos energéticos disponíveis.

O capítulo a seguir visa apresentar o funcionamento da indústria de componentes eletrônicos no Brasil, além de mostrar as dificuldades das empresas nacionais em produzir este tipo de bem no país. Evidenciará também os empecilhos com que a maior empresa de telecomunicações brasileira, a Intelbras, lida na compra de componentes nacionais, sendo impulsionada a buscar diversos materiais em países asiáticos, especialmente na China, para com isso conseguir uma adequada competitividade e apresentar resultados promissores em crescimento.

## **4 INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS NO BRASIL**

A cadeia eletrônica corresponde ao conjunto de indústrias de tecnologias da informação e comunicação e, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrange três grandes setores: fabricação de equipamentos de informática; equipamentos de comunicações e eletrônica de consumo; e de instrumentos. Dentre estes de setores, o segmento de produção de componente está inserido no setor de fabricação de equipamento de comunicações e eletrônica de consumo.

O país possuía, nos anos 1980, cerca de 20 fabricantes de componentes eletrônicos, sendo a maioria oriunda de outros países. Empresas nacionais também atuavam, porém, em nichos específicos e com menos complexidade tecnológica aplicada. A reserva de mercado de informática da época impulsionou a fabricação de artigos de informática e exigia que os projetos nacionais utilizassem componentes eletrônicos fabricados em território nacional, fortalecendo assim esse segmento industrial. Com o fim da reserva de mercado de informática, muitas empresas deste segmento faliram, impedindo assim a implantação de uma política de incentivos para o setor de componentes. Desta maneira, a maiorias das empresas multinacionais produtoras de componentes retiraram seus negócios do Brasil, enquanto que muitas nacionais fecharam ou diminuíram sua capacidade produtiva existente.

Hoje em dia, é sabido que o Brasil possui a capacidade produtiva de componentes eletrônicos na América do Sul limita-se a fabricação de componentes passivos, majoritariamente capacitores, resistores e conectores. Em relação aos componentes ativos, são fabricados apenas tubos de raios catódicos para televisores e monitores de computadores.

Os três setores que compõem a cadeia eletrônica receberam tratamento diferenciado no tocante à política setorial. Em decorrência das políticas, o parque industrial é constituído por muitas empresas multinacionais e é caracterizado pela montagem final de equipamentos. Devido aos incentivos governamentais, muitas empresas de informática, telecomunicações e eletrônica de consumo se instalaram no país. Essas empresas conseguiram atender a demanda nacional por produtos acabados, porém sempre com elevado conteúdo de importações e praticamente sem a realização de exportações. Sem uma política industrial de longo prazo, a industrial de componentes foi a única que não conseguiu obter sucesso no Brasil.

Segundo estudos do Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento Industrial (IEDI), dentre os países emergentes que apresentam déficit na balança comercial da indústria eletrônica, o Brasil é o que mais apresenta resultados negativos. Fica-se claro que nos últimos



anos o Brasil não acompanhou o ritmo dos outros países emergentes neste segmento industrial, os quais obtiveram excelentes resultados e ganhos comerciais, quase que dominando toda indústria de produtos eletrônicos mundial. O Brasil, por sua vez, ficou demasiadamente dependente das importações, principalmente no que se refere aos componentes eletrônicos, gerando com isso um grande déficit na balança comercial.

O IEDI também levanta que o maior elemento causador do déficit na balança comercial é o segmento de circuitos integrados, certamente por apresentar maior complexidade de dinamismo. A produção de circuitos hoje é dominada por poucas empresas multinacionais que dominam mais de uma etapa do processo de produção de semicondutores.

Seria mais promissor para o Brasil dominar completamente a fabricação de circuitos integrados, administrando a etapa de processamento físico-químico, onde se encontra o maior valor agregado, pois somente a realização das etapas chamadas de *back-end* (encapsulamento e testes) ou projetos não são suficientes.

Entretanto, se não fosse pelas políticas de informática e telecomunicações, o segmento de componentes eletrônicos brasileiro teria resultados ainda piores, já que é o único setor do complexo industrial eletrônico que não foi contemplado com uma política industrial específica de longo prazo. Apenas nos anos 1980, houve uma tentativa de desenvolvimento do segmento de circuitos integrados. A ideia da Secretaria Especial de Informática era realizar todas as etapas da fabricação no país por empresas nacionais, porém o momento não era favorável, já que existia muita pressão do governo em eliminar a reserva de mercado, principal instrumento da política nacional de informática.

Um fator que auxiliaria a competitividade brasileira neste setor, seria a escala de produção, capaz de reduzir custos. Porém, não houveram políticas eficientes o suficiente que expandissem o mercado consumidor e a indústria nacionais. Os componentes nacionais que eram protegidos pela reserva de mercado e tinham sua fatia de mercado garantida, foram prejudicados com a abertura econômica brasileira, pois os investimentos passaram a ser aplicados na gestão das empresas, enquanto a ampliação e implantação de novos projetos industriais ficaram esquecidas. Ocorreu uma quase que completa desnacionalização da indústria eletrônica a partir de 1991, ano em que a Lei nº 8.248 (Lei de Informática) foi aprovada e solidificou uma nova política para o setor. A fabricação de bens finais, antes protegida pelos índices de nacionalização que garantiam que componentes nacionais fossem utilizados na sua fabricação, passou a ser regulada pelo Processo Produtivo Básico (PPB), que reduzia ou até isentava os impostos sobre produtos industrializados, reduzindo assim, o

montante do valor agregado nacional. Incentivos agora eram feitos à produção intensiva de bens e serviços de informática, automação e telecomunicações de base digital, incluindo os componentes eletrônicos. A Lei visava o abastecimento do mercado nacional, levando as indústrias nacionais a recorrerem às importações de componentes eletrônicos para suprir suas necessidades produtivas, enquanto não existiram fortes investimentos para a exportação destes produtos.

A Zona Franca de Manaus também é uma das principais motivadoras da importação de componentes eletrônicos, chega a reduzir até 88% nas alíquotas nos impostos de importação, desfavorecendo ainda mais a indústria nacional. No Brasil, é possível que os fabricantes dos bens finais importem produtos prontos na forma de CKD (*kits* de aparelhos completamente desmontados) ou SKD (*kits* de aparelhos semidesmontados), tornado praticamente impossível o fornecimento das empresas brasileiras, mesmo se elas tiverem preço, qualidade e prazo de entrega competitivos. Dessa maneira, muitos fornecedores de componentes eletrônicas acabaram abandonando o Brasil e este segmento da indústria foi posto de lado. Sabendo que o preço do produto final está cada vez mais dependente do custo dos componentes que o integram, conseqüentemente fica difícil utilizar os componentes nacionais em detrimento dos baixos custos dos internacionais, principalmente chineses. Concluimos com o exposto, que é de suma importância uma indústria nacional, que tenha capacidade de produzir uma gama variada de componentes eletrônicos e que seja capaz de suprir o mercado interno e garantir exportações, para termos vantagens competitivas na comercialização dos bens finais.

Atualmente as importações de componentes representam mais da metade das importações do dependente setor eletroeletrônico brasileiro. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) relata que somente em 2005, as importações de produtos foram de US\$ 14,8 bilhões, enquanto as exportações foram de US\$ 7,6 bilhões. Esse déficit de US\$ 7,2 bilhões foi auxiliado pela importação de US\$ 9,5 bilhões somente em componentes elétricos e eletrônicos, sendo US\$ 2,9 bilhões em semicondutores. Segundo a ABINEE, podemos citar três fatores importantes que corroboram para a falta de competitividade dos produtos fabricados no Brasil. Primeiramente a valorização do real, seguido pelas altíssimas taxas de juros e cobrança excessiva de tributos. No setor eletroeletrônico a carga tributária chega a ultrapassar 40% do preço final em alguns produtos, desestimulando o consumo e restringindo a parcela consumidora.

#### 4.1 A ZONA FRANCA DE MANAUS

A criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), além de tudo, foi estrategicamente pensada para ocupar o vazio econômico que se compunha o território Norte do Brasil. É dentre as oito zonas de livre comércio existentes no país, a que apresenta o maior desenvolvimento, possuindo uma área de 10.000 quilômetros quadrados. A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), uma agência subordinada ao Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é responsável pela administração da ZFM. Um fabricante só dispõe dos incentivos fiscais da ZFM, depois de registrar seus documentos do PPB na SUFRAMA.

Por ser uma zona de livre comércio, conta com até 99% de redução nas alíquotas de impostos de importação, além de não aplicar as taxas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Salvo exceções, todos os bens importados na ZFM são isentos de impostos. Caso alguma empresa queira transferir os bens importados do seu estoque em Manaus para outras regiões do Brasil, ela é permitida. Porém, serão cobrados impostos de uma importação formal, com exceção do ICMS que possui uma redução de 4%.

Este tipo de política acaba colocando os produtores nacionais de componentes, partes e peças em desvantagem aos produtores internacionais, principalmente chineses. Mesmo havendo um leque variado de produtos produzidos na ZFM, incluindo televisores, equipamentos de áudio e vídeo, telefones com e sem fio, telefones celulares, sistemas móveis de áudio e vídeo, condicionadores de ar, forno de microondas, copiadoras, relógios de pulso, computadores e periféricos e monitores de vídeo.

#### 4.2 A LEI DE INFORMÁTICA

Em 1991, a revisão da Lei da Informática, incluiu como bens de informática, produtos como componentes eletrônicos, computadores, telefones e outros produtos de Tecnologia da Informação (TI). A Lei permite a redução de até 95% do IPI para as empresas que cumpram o PPB e invistam 5% de seu faturamento bruto no mercado interno em P&D. As empresas precisam submeter seus projetos ao Ministério da Ciência e Tecnologia e, uma vez aprovados, passam a receber os benefícios.

Esteve em vigência até 1999, depois disto somente em 2001, a Lei de Informática (Lei 10.176), garantindo que os incentivos fiscais fossem utilizados até o fim de 2009, com exceção da ZFM, a qual pôde se beneficiar até 2013. Novamente em 2003, os benefícios foram estendidos até 2019. Ainda em 2004, fabricantes de produtos para TI fora da ZMF, obtiveram primeiramente 80% de redução do IPI, sendo que essa taxa foi diminuindo cerca de 5% por ano até 2006 e se estabilizou em 70% até 2009. Além disto, estes fabricantes tiveram direito à isenção do IPI até o fim de 2013.

Na década de 90, as isenções foram concentradas em poucas empresas. Entre 1993 e 2000, as dez empresas que mais receberam benefícios ficaram com 61% de todo o valor distribuído e as 30 empresas que mais receberam retiveram 83% do valor total

No contexto geral a política parece ser positiva, pois possibilita que as empresas nacionais se protejam contra as importações ao passo que investem em P&D, para torná-las mais competitivas comercialmente. Entretanto, como discorre Ribeiro et al. (2009), a Lei de Informática não trouxe grandes ganhos de produtividade para as empresas nacionais, já que quanto menos produtiva a empresa, mais benefícios recebia. O PPB das empresas era aprovado com facilidade, exigia-se apenas que a montagem das placas fosse no Brasil, podendo ser terceirizada para outras empresas.

Segundo Gutierrez e Alexandre (2003), os produtos produzidos no Brasil eram desenvolvidos e projetados fora do país, chegando aqui em forma de *kits* para serem montados e vendidos. Com isso, o montador final tem uma gigantesca redução na cadeia de suprimentos, enquanto que paralelamente o desenvolvimento da indústria de componentes se torna inviável. Com a cadeia eletrônica frágil, é evidente que o país não consiga se ver livre da dependência da importação de componentes e projetos para a produção de produtos de TI.

#### 4.3 CHINA X BRASIL

Até um passado recente, as indústrias dos dois países eram relativamente parecidas em termos de inovação e fortalecimento de P&D. As maiores diferenças estavam nos custos mais baixos que a China possuía, como os custos de produção, cambio desvalorizado, tributos, logística, salários baixos e mão de obra abundante.

Porém, diferente de Brasil, a China apresenta resultados muito mais prodigiosos em relação ao desenvolvimento tecnológico. Dentre os fatores que guiaram a China para esse desenvolvimento diferenciado, podemos apontar seu crescimento acelerado, que abriu a

possibilidade de novos negócios e ampliou os inventos, dinamizando a produtividade e incorporando novas tecnologias. Favorecidos pelo crescimento acelerado, a gigantesca escala de produção industrial e o ambiente econômico favorável também podem ser levados em conta. Enquanto a primeira permite diminuir os custos, o segundo garante infraestrutura, salários, tributos e câmbio favoráveis para que o desempenho chinês seja cada vez mais competitivo. A inovação, desenvolvimento e estruturação de uma indústria tecnológica competitiva só são possíveis através de um ambiente sólido de competitividade.

O governo chinês, também diferentemente do brasileiro, preza por políticas que dão continuidade ao planejamento de longo prazo, através dos planos quinquenais, que vem sendo desenvolvidos desde os anos 1980. Quando um governo assume, dá continuidade às políticas anteriores, de um modo geral, são persistentes e tomam decisões de grande envergadura. Além do mais, o Estado chinês controla mais firmemente a organização e disposição dos investimentos, já que as empresas estatais e centros de pesquisa estão sujeitos a ele.

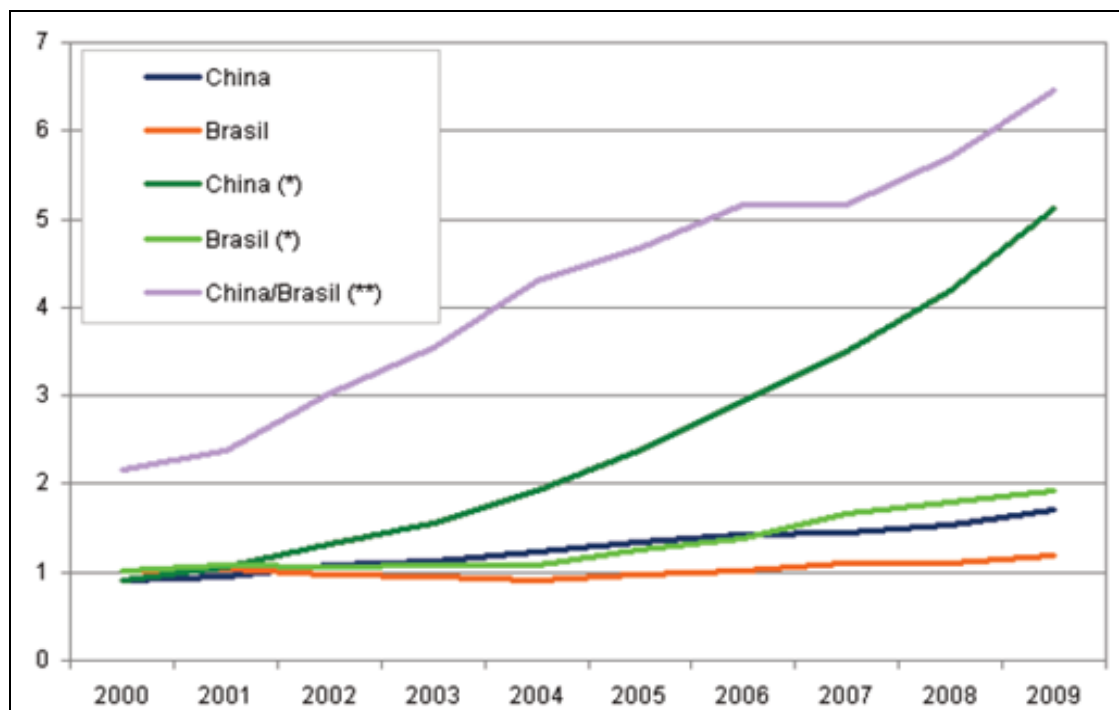
Outra diferença, e talvez a mais persistente, é a capacitação em larga escala dos trabalhadores. Comparando com o Brasil, a agenda e inovação chinesa é mais ampla e vem se estruturando para conseguir suprir a gigantesca demanda de trabalho com recursos humanos capacitados, principalmente nas áreas de engenharia, tendo uma parcela quinze vezes maior em recursos humanos alocados na área de P&D.

Por último podemos salientar a inovação como tópico principal do desenvolvimento. Na China, a inovação e o desenvolvimento tecnológico são partes da agenda econômica e são tratadas como tal. Diferente de como ocorre no Brasil, a agenda de inovação é tida com uma parte da agenda de ciência e tecnologia.

A velocidade de mudança e aplicação das políticas de Ciência, Tecnologia e Informação (C,T&I) entre Brasil e China é diferente, embora ambos países busquem o desenvolvimento e solidificação deste segmento.

Segundo o IEDI, a china investe 40% mais em P&D do que o Brasil, em relação ao PIB. Levando em consideração o tamanho das duas economias, como se observa no Gráfico 13, os gastos chineses são cerca de seis vezes e meio maiores que os brasileiros.

**Gráfico 13: Gasto em P&D em relação ao PIB: Brasil e China – 2000 a 2009 – valores correntes e em relação ao PIB de 2000 (\*).**



Fonte: Banco Mundial (dados brutos).

Obs: (\*) Dados do gasto em P&D de cada ano, em US\$ ppc, em relação ao PIB de 2000.

(\*\*) Relação entre os valores absolutos dos gastos em P&D da China e do Brasil, medidos em US\$ de 2000.

No mesmo Gráfico, são mostrados os gastos em P&D de cada país em relação ao PIB, mostrando-se bastante diversificados. No período exposto, o gasto chinês evoluiu de 0,9% para 1,7 % do PIB, enquanto que a evolução do Brasil foi de 0,2%, passando de 1,0 para 1,2%. Entretanto, levando em consideração que o PIB chinês é maior que o brasileiro, mesmo quase gastando a mesma quantia no ano 2000 (0,9% na China e 1,0% no Brasil) a economia chinesa era duas vezes maior que a do Brasil e conseqüentemente os investimentos também. Esse crescimento chinês acelerado, em detrimento ao brasileiro, é entendível ao passo que os investimentos e gastos dos países asiáticos são notavelmente maiores.

Como visto anteriormente, os planos quinquenais são de suma importância para o crescimento tecnológico chinês. A partir de 2006, o 11º plano quinquenal alterou a estratégia e focou os investimentos em inovação local e crescimento tecnológico, em detrimento da indústria e agricultura. Não se diferenciando, o plano quinquenal iniciado em 2011 reforçou ainda mais a tecnologia local, o lema é alterar a ideia do *'made in China'* para o *'design in China'*, pois hoje a China é o principal exportador de produtos manufaturados e o segundo maior fabricante de bens de alta tecnologia do mundo.

O Brasil tem uma lacuna muito grande de políticas que fomentem o desenvolvimento tecnológico. As empreitadas dos anos 1970, com os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e dos anos 1980, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ficaram congeladas até metade dos anos 2000, com políticas nacionais como o Plano Brasil Maior, por exemplo. Entretanto, estes planos ou políticas apenas buscam a inovação e não impulsionam o país como um *player* global no setor de tecnologia. As políticas carecem de estratégias mercadológicas e econômicas e são apenas paliativas, somente reformam instrumentos já existentes.

Comparadas às chinesas, as estratégias brasileiras para desenvolver o setor de C,T&I são minúsculas. Além de as empresas estatais brasileiras serem frágeis no quesito de formular planos estratégicos nacionais de longo prazo, o segmento de C,T&I no Brasil não é alinhando com a agenda econômica nacional. O MCT foi criado mais pelo contexto político, pela redemocratização, do que por uma opção estratégica de desenvolvimento. Dito isto, possui um poder de barganha muito pequeno com outros setores centrais do governo para articular planos para a indústria tecnológica na agenda econômica do Brasil.

Assim, mesmo possuindo uma indústria quase 10 vezes maior que a do Brasil, a China se prospecta para um crescimento maior ainda, se inovando, desenvolvendo e evoluindo cada vez mais no setor de tecnologia. Essa dinâmica de crescimento elevado se deve a um ambiente econômico propício e favorável, respaldado por um estruturado e consistente conjunto de políticas nacionais que dão o aparato necessário para esta evolução.

#### 4.4 ESTUDO DE CASO

Através de análises comparativas, apresentar-se-á no relato de caso em estudo, a diferença entre a compra de componentes eletrônicos na China e no Brasil. Tal estudo buscará evidenciar as dificuldades que o mercado nacional possui em relação ao chinês, ao passo que trará também aspectos positivos que essas relações de troca trazem para a saúde da empresa em questão.

A empresa escolhida foi a Intelbras S/A – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, maior empresa brasileira e da América Latina no ramo, cuja competitividade e crescimento estão intimamente entrelaçados com a matéria-prima (componentes eletrônicos) oriunda da China. Para se entender o grande impacto dos produtos chineses na indústria de eletrônicos do Brasil, será apresentada a Carteira de Trabalho do

graduando elaborador deste estudo, a qual é denominada de Carteira Passiva e abrange componentes eletrônicos considerados como matéria-prima, são eles: resistores, capacitores, conectores e chaves comutadoras. A partir dos detalhamentos desta Carteira, almeja-se comparar os preços dos componentes oriundos de fornecedores chineses com a hipotética compra dos mesmos no mercado nacional, seja esta através de produtores diretos ou de distribuidores. Optou-se por não expor todos os itens que compõem a Carteira, visto que a análise seria repetitiva e demasiado desgastante, além de desnecessária, visto que uma pequena amostra é capaz de representar todo o montante.

Dividir-se-á o estudo em duas partes. Inicialmente a empresa será apresentada, assim como alguns dados comerciais e de crescimento, e em seguida, a Carteira de componentes, em conjunto com os dados coletados. Ao final, serão apresentadas as conclusões e evidências do estudo.

#### **4.4.1 A empresa Intelbras**

Empresa 100% brasileira e pioneira no mercado de telecomunicações brasileiro, a Intelbras – Indústria de Telecomunicação e Eletrônica Brasileira – foi fundada em 22 de Março de 1976 por Diomicio Freitas. Hoje, com sede matriz em São José/SC, a mesma atua nas áreas de Segurança, Telecom e Redes, integradas sob a mesma plataforma tecnológica, sendo líder em vários segmentos que atua. Porém, para tanto, passou por diversos desafios, transformações e adaptações.

Disputando campo com empresas multinacionais e utilizando tecnologia própria, a Intelbras, foi uma das primeiras a lançar produtos e serviços de telecomunicação, como as Centrais Telefônicas CPA, e sua história começa com majoritária atuação no setor de telefonia pública. No ano de 1987 foi a primeira empresa a lançar uma central tipo PABX com tecnologia nacional e durante os anos que seguiram, permaneceu como a principal fornecedora dos programas governamentais de telefonia, sendo que até 1990, fornecia para o Sistema Telebras de Comunicação, fabricando telefones para as diversas operadoras estatais de telefonia do Brasil. Apesar da considerada baixa produtividade e lucratividade, a empresa permanecia em situação confortável, entretanto, em seguida, as companhias telefônicas deixaram de entregar ao usuário o aparelho telefônico juntamente com a linha telefônica, e em 1991, por questões estratégicas e de especialização, a empresa para de operar no setor de telefonia pública para direcionar sua atuação somente para a iniciativa privada, lançando



Aparelhos Telefônicos, Terminais Inteligentes (KS), Micro e Pequenas Centrais Telefônicas, incrementando consideravelmente suas vendas e marcando sua participação emergente no mercado.

No entanto, para que fosse possível alcançar seu status atual, a empresa ainda passou por importantes fases, que exigiram adaptação e aperfeiçoamento ao longo do tempo. No início, passava por urna forte dificuldade financeira, visto que os preços de seus produtos não se enquadravam na realidade internacional e havia grande instabilidade no setor de telecomunicações. A partir de 1991, foram implantados na Intelbras os programas de qualidade e gestão participativa, com o intuito de aumentar a sua produtividade e manter a competitividade. No ano seguinte, 1992, reformulou sua linha de produtos, buscando satisfazer as necessidades dos novos clientes, pois agora o consumidor final que se deslocava até o ponto de venda a fim de escolher um telefone. Progressivamente foi se estabelecendo e conseguiu sair vitoriosa dos momentos de crise.

A Intelbras conquistou a certificação ISO 9001 em 1996, ano em que também começou a exportar seus produtos para alguns países da América Latina, e ISO 14001 em 2007 (norma que garante preocupação com as questões ambientais, após o cumprimento de diversas etapas e o atendimento a normas rígidas), deixando em constante atividade um Sistema de Qualidade Total, o qual busca modernas técnicas de gestão e capacitação tecnológica. O sistema de gestão Intelbras abrange projeto, desenvolvimento, produção, comercialização, instalação e serviços associados.

Ao longo de quase 40 anos de atuação, a empresa Intelbras foi ganhando foco e se destacando no mercado de telecomunicações. Desde 1996 está é líder no mercado e ainda continua buscando produtos com tecnologia, qualidade e preço acessível para atender a necessidade dos consumidores, o que facilita seu ingresso em outros setores. Conhecida como a maior fabricante de *centrais* e aparelhos telefônicos na América Latina, a partir de 2007 passou a operar também na área de equipamentos para segurança e informática, ampliando seu portfólio de produtos e soluções em comunicação. Ainda em 2007, adquiriu duas empresas de atuações diferenciadas: a Maxcom (companhia mineira de atuação no segmento de centrais telefônicas para condomínios e porteiros eletrônicos) e a Nova Computadores (localizada no Paraná, fabricante de desktops e notebooks). Assim, atualmente a empresa está focada na fabricação de equipamentos e prestação de serviços voltados para os segmentos de telecomunicações, segurança eletrônica e informática, tendo seu mercado direcionado tanto para empresas (corporativo) quanto para o consumidor final (varejo). Com presença em todo

o território nacional, a Intelbras apresenta 6 unidades fabris no Brasil e seus produtos são ofertados em aproximadamente nove mil pontos de venda de varejo e seis mil revendedores corporativos, através da presença da força de vendas indireta, composta por 74 representantes e nove bases (escritórios) comerciais, bem como da equipe de *trade marketing*, constituída por 92 *merchandisers* e promotores. A empresa conta com mais de 2.000 colaboradores e conforme pesquisas das revistas Exame, Você S/A e Época, se destaca como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Além disso, por meio de exportação, sua tecnologia alcança mais de 15 países da América Latina e África, como demonstra a Figura 2.

**Figura 2: Países de Atuação da Empresa Intelbras.**



Fonte: [www.intelbras.com.br](http://www.intelbras.com.br)

A Intelbras é dividida em unidades de negócio, permitindo maior foco individualizado em cada área, produto lançado e novas tecnologias. São elas: Telecom consumo (equipamentos e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados); Telecom corporativo (equipamentos, serviços e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional); Segurança eletrônico (equipamentos e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico); e Redes (equipamentos, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados). A área de Desenvolvimento de Produtos é estratégica para a empresa e tem acompanhado as tendências mundiais com rápida assimilação das tecnologias, buscando constantemente atender as necessidades do mercado e apresentando produtos inovadores com agilidade e dinamismo, oferecendo aos consumidores produtos com a qualidade de uma empresa líder.

O completo entendimento a respeito da tecnologia utilizada e dos meios de produção é alcançado por meio de constantes investimentos no capital humano da empresa, através de treinamento dos seus profissionais dentro Brasil e no exterior. Além disso, a empresa possui um dos maiores centros de pesquisa e desenvolvimento privado da América Latina, duas centrais de atendimento aos clientes, sendo uma para clientes finais e outra para técnicos e representantes comerciais, e uma das maiores redes de assistência *técnica no* mercado brasileiro, onde dispõe de mais de 40 mil pontos de venda de varejo e 18 mil revendedores corporativos tem a marca Intelbras nas suas prateleiras.

Por fim, não obstante sua exemplar ascensão como empresa de produtos, a empresa em análise supera as expectativas ao valorizar o ser humano e o meio ambiente, envolvendo-se com diversas ações de responsabilidade social, como a destinação recursos por meio do Fundo para a Infância e Adolescência para a Associação Pró- Brejaru (Palhoça/SC) e projetos de preservação ambiental, os quais garantem a destinação correta de 100% dos seus resíduos industriais.

#### 4.4.2 Carteira de componentes

Preservando a discrição da empresa, não serão apresentados os nomes dos fornecedores e os preços que os mesmos aplicam em seus respectivos produtos. Os componentes desta Carteira estão presentes em praticamente todos os bens produzidos pela Empresa, desde simples telefones até centrais telefônicas mais elaboradas. Não é a maior Carteira de produtos para a matéria-prima em termos de preços, porém é a que possui maior diversificação e quantidade de itens, os quais serão detalhados a seguir. O Quadro 4 apresenta os componentes e suas funções.

**Quadro 4 – Componentes eletrônicos**

Componente	Função
Capacitores	utilizados em diversos circuitos elétricos, são considerados filtros e armazenadores de energia, já que armazenam cargas elétricas e conseqüentemente energia eletrostática, ou elétrica.
Chaves comutadoras	são utilizadas com a função liga/desliga e para inverter ou seccionar a corrente elétrica nos circuitos.

Conectores	componentes eletromecânicos, cuja função é fazer e proteger a transmissão do sinal elétrico nos circuitos, evitando perda de energia. Como seu nome traduz, este dispositivo conecta duas partes de um mesmo fio.
Resistores	são dispositivos elétricos muito utilizados nos circuitos de produtos eletrônicos. Possui duas funções, transformar a energia elétrica em energia térmica e limitar a quantidade de corrente elétrica em um circuito.

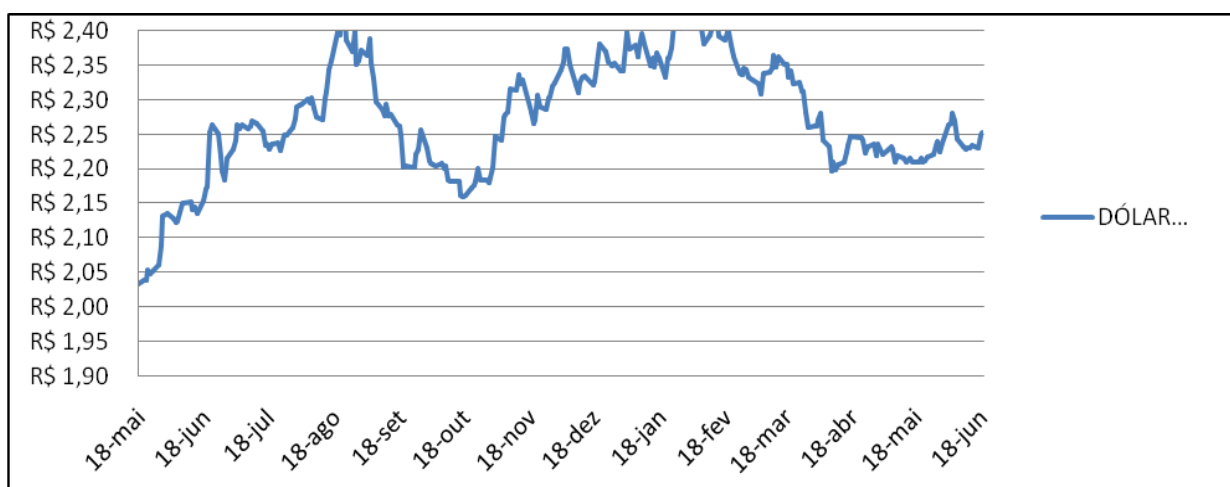
Fonte: Intelbras

Elaboração: Autor

Como já citado anteriormente, é neste segmento de componentes (passivos), que algumas das maiores empresas internacionais se instalaram no Brasil. Porém, o preço aplicado pelas mesmas não é nada atrativo para a Intelbras, sendo a opção de importar esses materiais diretamente da China muito mais viável e competitiva para a empresa. Até os anos 2000, a Intelbras comprava os componentes exclusivamente no mercado nacional (de produtores e distribuidores), entretanto, para crescer em produtividade e sobreviver no mercado, se viu obrigada a mudar sua estratégia e passou a importar da China. Este foi o diferencial que explica o grande crescimento da empresa. Hoje, dos 553 itens que a compõem a Carteira de Trabalho apresentada, apenas um deles é produzido no mercado interno, evidenciando a enorme discrepância entre os preços chineses e brasileiros.

Por se tratar de importações, a aquisição desses componentes está vinculada diretamente à taxa do Dólar, o que nos remete ao pensamento, em um primeiro momento, de que se esta taxa aumentar muito, a vantagem deixará de existir. Porém, a realidade é outra, e podemos exemplificar isso com a grande elevação que ocorreu no segundo semestre de 2013, atingindo o primeiro trimestre de 2014. Como o Gráfico 14 nos mostra, houve ocasiões de pico em que US\$ 1,00 chegou a custar mais de R\$ 2,40. Mesmo com esse revés, não se cogitou a mudança de estratégia para se comprar estes componentes do mercado nacional, mantendo-se as importações pela manutenção da grande vantagem competitiva (e praticamente insuperável no momento atual), que os preços chineses oferecem.

**Gráfico 14: Variação da taxa do Dólar – Maio de 2013 a Junho de 2014**



Fonte: Intelbras

Além dos preços elevados, os componentes nacionais encontram outra dificuldade: a disponibilidade. Nem todos os componentes requeridos para os produtos da Intelbras são produzidos no Brasil e estão disponíveis para a compra, a falta de tecnologia e incentivo em P&D são um ponto chave para isso. Com isso, mais uma vez, os componentes chineses são mais competitivos e a grande capacidade de desenvolvê-los é uma importante vantagem, sendo que alguns deles são desenvolvidos e produzidos exclusivamente para a Intelbras. Partindo deste princípio, não foi possível encontrar alguns dos preços analisados em fornecedores nacionais, tendo que serem calculados com base em outros componentes semelhantes.

A Quadro 5 objetiva ilustrar a diferença de preços entre componentes chineses e brasileiros, através da porcentagem de ganho que a Intelbras tem na importação dos mesmos. As diferenças nas quantidades apresentadas se dão pelo fato que o número de resistores e capacitores utilizados na produção dos bens, é por vezes maior do que o de chaves comutadoras e conectores. Os nomes dos itens foram resumidos para não prejudicar a estratégia comercial da empresa.

**Quadro 5 – Porcentagem de Ganho entre Componentes Importados e Nacionais (2014)**

Componente	Importado / Nacional	Porcentagem de ganho
Capacitor	Importado	83,18%
Capacitor	Importado	83,18%
Capacitor	Importado	79,58%
Capacitor	Importado	90,60%

Capacitor	Importado	79,88%
Capacitor	Importado	68,79%
Capacitor	Importado	66,78%
Capacitor	Importado	67,23%
Capacitor	Importado	73,71%
Capacitor	Importado	71,83%
Capacitor	Importado	78,23%
Capacitor	Importado	90,25%
Capacitor	Importado	76,41%
Capacitor	Importado	76,90%
Capacitor	Importado	81,08%
Capacitor	Importado	71,17%
Capacitor	Importado	80,23%
Capacitor	Importado	115%
Capacitor	Importado	70%
Capacitor	Importado	75%
Chave Comutadora	Importado	1054%
Chave Comutadora	Importado	83%
Chave Comutadora	Importado	98%
Chave Comutadora	Importado	92%
Chave Comutadora	Importado	94%
Chave Comutadora	Importado	78%
Chave Comutadora	Importado	89%
Chave Comutadora	Importado	76%
Chave Comutadora	Importado	2200%
Chave Comutadora	Importado	55,53%
Conector	Importado	79,85%
Conector	Importado	36,75%
Conector	Importado	79,52%
Conector	Importado	424%
Conector	Importado	42%
Conector	Importado	483%
Conector	Importado	1346%
Conector	Importado	82,37%
Conector	Importado	35,49%
Conector	Importado	79,85%
Resistor	Importado	79,19%
Resistor	Importado	80,35%
Resistor	Importado	80,16%
Resistor	Importado	82,40%
Resistor	Importado	80,17%
Resistor	Importado	84,42%
Resistor	Importado	80,17%

<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>78,45%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>80,17%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>78,45%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>85,49%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>80,17%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>79,39%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>78,87%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>73,23%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>78,87%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>73,59%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>81,36%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>78,87%</b>
<b>Resistor</b>	<b>Importado</b>	<b>76,58%</b>

Fonte: Intelbras  
Elaboração: Autor

Baseando-se nos ganhos da empresa apresentados, é possível compreender o quão importante é o papel da China no fornecimento dos componentes. Foram analisados cerca de 11% de todos os itens da Carteira de Trabalho e se conseguiu observar os ganhos com as importações. Caso esses produtos fossem adquiridos no Brasil, seria praticamente impossível que a empresa mantivesse sua competitividade no mercado, sendo que os dois principais quesitos para se ganhar espaço no mesmo é a redução dos custos de produção, como citam Arrighi e Wallerstein na primeira seção deste trabalho. Por exemplo, nos anos 2007 e 2008 a Intelbras, cresceu 65% e 100% respectivamente e, como expõe o presidente da empresa, Altair Silvestri, um dos catalisadores deste crescimento foi a reorganização da importação de insumos, principalmente de componentes eletrônicos.

É importante salientar a dificuldade que a importação dos componentes acarreta. É necessário que a Intelbras encomende-os com no mínimo 4 meses de antecedência, visto que são em média 50 dias viajando de navio por uma distância de aproximadamente 18200 km. Além disto, existe ainda o custo de internalização da carga no Brasil, ou seja, taxas de desembaraço aduaneiro, impostos, armazenagem, transporte interno, seguro, risco de extravio da carga, etc. Mesmo com todos estes entraves e despesas necessárias nos processos de importação, os preços chineses são muito mais competitivos do que os brasileiros.

Em alguns itens, a diferença do preço chega a alarmantes 2200%. Dito isso, imaginando-se essa porcentagem para grandes quantidades, como 1 milhão de peças/ano, por exemplo, a diferença teria proporções gigantescas. Frente a esta grande dificuldade da indústria nacional, a competitividade só pode ser alcançada através de importações.

Outro grande empecilho levantado pelo empresariado brasileiro é o “Custo-Brasil”, caracterizado pelos altos custos dos produtos nacionais, frente os importados. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Brasil possui este custo 38% maior do que o dos países em desenvolvimento e 30% maior do que os dos países desenvolvidos. Este custo tem como seu maior expoente a alta carga tributária, que não apresenta nenhuma melhora significativa, já que são mal geridas pelo governo.

A vasta burocracia fiscal, com mais de 3200 normas tributárias, entrava muito o funcionamento das empresas privadas. No Brasil, as empresas necessitam de 2600 horas por ano e cerca de 200 funcionários por ano para processar os tributos, enquanto que esses valores são de 179 horas e 4 funcionários nos países desenvolvidos. Segundo a FIESP, metade do “Custo-Brasil” é resultado da burocracia e carga tributária excessivas, seguidas de perto pela infraestrutura precária e sem investimentos pesados.

Enfim, é sabido que a entrada massiva de produtos chineses no Brasil dificultou a vida de muitas empresas nacionais, muitas tiveram seus negócios reduzidos e até fecharam. Porém, o presente trabalho busca mostrar a vertente auspiciosa dessas trocas comerciais, sem deixar de considerar a grande dificuldade que a indústria brasileira sofre com esta competição desigual. É muito difícil para as empresas nacionais concorrerem com as da China, lá o ambiente é mais favorável, já que os tributos e salários são baixos, existe mão-de-obra qualificada, incentivos governamentais e outros fatores, alguns já citados no decorrer deste trabalho.

Ao observar e analisar a estratégia da Intelbras, isto fica ainda mais em evidência. A empresa precisou buscar no mercado chinês os produtos que aqui iria adquirir com preços elevadíssimos (graças aos impostos onerosos e falta de incentivo) ou, inclusive, poderia não encontrar. Somente com a matéria-prima mais barata a empresa pôde se solidificar no mercado e bater de frente com gigantes como Motorola, Siemens, Panasonic, etc. Ou a Intelbras buscava insumos melhores e mais baratos ou muito provavelmente não sobreviveria no mercado. Em vista do fato de que muitas empresas que antes forneciam insumos para a Intelbras, terem fechando por não conseguirem competir com as empresas chinesas, tanto por falta de qualificação, quanto pela própria concorrência desigual.

Felizmente, pela estratégia da empresa, esta não teve o mesmo desfecho, mas foi capaz de se desenvolver e aumentar seu crescimento, possuindo atualmente produtos líderes de mercado, além de gerar emprego e renda para um grande número de brasileiros, incluindo portadores de deficiência mental e física. Progressivamente, a concorrência com produtos



estrangeiros apenas incentivou a empresa a inovar seu portfólio de produtos e desenvolver bens com tecnologia e qualidade aplicadas.

A presença da concorrência chinesa não interrompeu o crescimento e produção da empresa, pelo contrário, fez com que ela se remodelasse e adaptasse nessa conjuntura. Em detrimento de um fornecimento inseguro de suprimentos no mercado nacional, passou a importar seus insumos, conseguindo assim se estabilizar e desenvolver produtos com altíssima qualidade, que a levou para o posto de líder do mercado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou trazer argumentos que explicassem o atual crescimento econômico da China, seu papel no comércio bilateral com o Brasil e as consequências que este intercâmbio comercial acarreta para a indústria nacional.

Evidenciou-se que este crescimento e desenvolvimento industrial não foram por acaso, mas sim bem planejados. Desde o início dos anos 1980, a mão forte do governo chinês vem regulando e administrando os investimentos estrategicamente. Partindo de simples produtora de bens de baixa qualidade, os quais eram encontrados em diversas lojas de “R\$1,99”, a China tornou-se um expoente na produção de bens manufaturados e de alta tecnologia. Sendo que atualmente possui a segunda maior economia de todo o planeta, além de se manter em constante crescimento. Deste modo, mantém também grande influência em diversas economias ao redor do mundo, as quais de uma maneira ou de outra são interdependentes e se conectam com a economia chinesa.

Buscou-se mostrar mais detalhadamente a influência da China nos países Latino-Americanos, enfatizando o Brasil. Isto porque o crescimento chinês trouxe e vem trazendo muitos benefícios para estes países, já que a China é bastante dependente dos bens primários desses países para suprir suas necessidades. Visto que a economia da América Latina é alicerçada pela produção destes tipos de bens, os países que a compõem tiveram exímio crescimento econômico na primeira década dos 2000, quando começaram a intensificar o comércio com a China. O que preocupa é que, mesmo tendo superávits na balança de pagamentos, esses países acabaram por prejudicar sua indústria em detrimento da produção de matérias-primas, ficando dependentes da economia chinesa.

No Brasil, essas relações comerciais com a China não foram diferentes. A interdependência entre as duas economias é notável, principalmente depois de 2006, quando o Brasil passou a apresentar sucessivos superávits comerciais com a China. Somente em 2010 as exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 30,8 bilhões. Porém, essas exportações se concentram em bens primários, enquanto o país e abriu suas portas para a importação de manufaturas chinesas. Em vista da tecnologia, preços e qualidade superiores, as empresas nacionais encontraram muitas dificuldades para concorrer com os produtos chineses, uma grande parcela teve redução de seus negócios ou até mesmo, que decretar falência.

As empresas nacionais de componentes sofrem demasiado com os custos internos, o “Custo-Brasil” revela a falta de competitividade do país, pela infraestrutura precária, falta de

investimentos, burocracia e elevados custos trabalhistas e logísticos. É preciso encontrar soluções rápidas para solucionar esses gargalos que entravam a produção nacional de componentes, antes que a indústria se encontre em uma situação irreversível.

Partindo desta linha de raciocínio, as importações chinesas são apontadas como foco principal deste trabalho. Se por um lado as exportações brasileiras para a China garantem um conforto econômico através de resultados positivos, por outro, as importações trazem grandes preocupações quanto a segurança e desenvolvimento da indústria nacional. Desta maneira, o Brasil precisa desenvolver estratégias industriais a fim de reduzir os custos de logística, impostos e aumentar a mão-de-obra qualificada, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento do setor de componentes, além de criar incentivos para a indústria de bens finais, que estimulem a aquisição local em detrimento da importação.

Com os altos custos dos componentes, as empresas brasileiras precisaram se adaptar para continuarem competitivas no mercado, com isso a pesquisa mostra os benefícios das importações chinesas de componentes. A empresa Intelbras é um exemplo deste fato. Através das importações dos insumos chineses, a mesma conseguiu firmar-se como a principal empresa da América Latina no segmento de telecomunicações. Os preços dos componentes foram analisados, a fim de mostrar as diferenças entre os obtidos através de importações e compras nacionais. O que se viu foi uma esmagadora vantagem para os preços oriundos da China, concluindo que a empresa só pode alcançar elevadas taxas de crescimento através dessa estratégia.

A situação da Intelbras é um tanto quanto paradoxal, já que muitos segmentos industriais brasileiros que competem diretamente com a China são prejudicados pela presença abundante de seus produtos em território nacional. Diferentemente, a Intelbras se beneficia, já que através das importações a empresa tem acesso a tecnologias superiores, produtos com qualidade excelente e preços realmente inferiores. Estes quesitos são de suma importância para manter o preço dos seus produtos baixo, fazendo com que a empresa possa concorrer paritariamente com produtos de outros qualificados produtores.

Os preços levantados mostram que em apenas 11% do total de itens de um Carteira de Trabalho na área de logística internacional, na empresa Intelbras, foi obtido cerca de 9777,69% de ganho, através da escolha de importar os componentes da China em detrimento dos do Brasil. Sendo assim, é bastante evidente a discrepância e incapacidade de concorrência entre os produtos. Se os insumos fossem adquiridos nacionalmente, essa diferença de preço

seria repassada para o valor de mercado do produto da Intelbras e dificilmente a empresa conseguiria manter o patamar de qualidade e competitividade que hoje ocupa.

Além de preços baixos, os produtos chineses possuem boa qualidade também. Até serem homologados para a compra em grande escala, são submetidos a rigorosos testes de qualidade, para certificar sua procedência, assim como para evitar que a empresa tenha desnecessários gastos e desperdício de capital.

Por fim, é concreto afirmar que a ascensão econômica da China trouxe novas vertentes para a maioria das economias mundiais. De um lado beneficia muitos países por possuir um mercado consumidor gigantesco e uma sociedade que precisa cada vez mais de energia para crescer. Por outro, seus produtos se apresentam cada vez mais desenvolvidos, qualificados e competitivos, dificultando principalmente a sobrevivência da indústria de manufaturas dos países em desenvolvimento.

O que o estudo tentou elucidar foi o fato de que essa concorrência chinesa acaba sendo favorável para alguns segmentos industriais (como o segmento de tecnologia brasileiro), que necessitam de insumos para a produção de seus bens, já que possuem preços inferiores e qualidade superiores aos nacionais. Além de salientar o comércio bilateral entre Brasil e China, ressaltando o grau de dependência do primeiro em relação ao segundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A Intelbras aposta na convergência e cresce. Disponível em: <[www.anuariotelecom.com.br](http://www.anuariotelecom.com.br)>. Acesso em: 07 maio 2014.
2. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos de graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
3. Apex Brasil. **China:** Perfil e oportunidades comerciais. Brasília, 2011. 113 p.
4. ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Vozes. **Coleção Zero à Esquerda.** Petrópolis, RJ. 1997.
5. BLÁZQUEZ-LIDOY, J; RODRÍGUEZ, J; SANTISO, J. Ángel o Demonio? Los efectos del comercio chino en los países de América Latina. **Revista de la CEPAL**, n. 90, dez. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina, 2006.
6. Boletim Regional do Banco Central do Brasil. **Trajetória do Comércio Externo com a China:** 2000 a 2010. p.89-92, abr. 2011.
7. Carta IEDI n. 578 – O Lugar do Brasil nas Cadeias Globais de Valor. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 13 março 2013.
8. CUNHA, André Moreira. Crescimento e Internacionalização da China: impactos potenciais na América Latina. **Rev. Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro. 2007.
9. CUNHA, André Moreira. O boom chinês e as economias latino americanas. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p.97-112, out. 2007.
10. CUNHA, Ruy de Salles. Desafios para a indústria eletrônica. **Abinee**, São Paulo, p.96-105, 2002.
11. FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: Impactos de curta ou longa duração. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. Suplementar, p.105-130, nov. 2011.
12. FRISCHTAK, Claudio; SOARES, André; O'CONNOR, Tania. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. **Conselho Empresarial Brasil-china**, Rio de Janeiro, jun. 2013. 110 p.
13. GARCIA, R.; ROSELINO, J. E. Uma avaliação da lei de informática e de seus resultados como instrumento indutor de desenvolvimento tecnológico e industrial. **GESTÃO & PRODUÇÃO**, v.11, n.2, p.177-185, mai.-ago. 2004.
14. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

15. Intelbras (Santa Catarina). Disponível em: <www.intelbras.com.br>. Acesso em: 15 maio 2014.
16. IPEA. **Comunicados do Ipea. As relações bilaterais Brasil - China: A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil.** 85 ed. Governo Federal, 2011.
17. JARAMILLO, Patricio; LEHMANN, Sergio; MORENO, David. China, Precios de Commodities y Desempeño de América Latina: Algunos Hechos Estilizados. **Cuadernos de Economía**, Chile, v. 46, p.67-105, maio 2009.
18. JENKINS, Rhys; FARIAS, Alexandre de. A ascensão chinesa e os dilemas para a indústria brasileira: pressão competitiva, reestruturação econômica e emprego. **Ceprap**, São Paulo. 2011.
19. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
20. LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. A China na Nova Configuração Global: Impactos políticos e econômicos. **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência**, Brasília. 2011. 354 p.
21. MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
22. Ministério das Relações Exteriores. **Como Exportar: China.** Brasília, 2013. 196 p.
23. MOREIRA, Mauricio Mesquita. O desafio chinês e a indústria na América Latina. **Novos Estudos**, v. 72, p.21-28, jul. 2005.
24. OLIVEIRA, Giuliano Contento. O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Revista de Economia**, v. 34, n. 3. 2008. p. 61-88, set./dez. Editora UFPR. 2008.
25. PACHECO, Carlos Américo. Uma comparação entre a agenda de inovação da China e do Brasil. **Instituto de Estudos Para O Desenvolvimento Industrial**, São Paulo, nov. 2011. 24 p.
26. RIBEIRO, E; PROCHNIK, V; DENEGRI, J. **Productivity and growth in the Brazilian informatics industry:** Relatório de pesquisa para o Inter-American Development Bank (IDB). 2009.
27. RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China e a economia mundial:** uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX. Florianópolis, p.1-28, 2010.

28. ROSALES, Osvaldo; KUWAYAMA, Mikio. **China y America Latina y el Caribe: Hacia una relación económica y comercial estratégica**. Santiago, Naciones Unidas, Cepal, 2012.
29. TAVARES, Walkyria M. Leitão. A indústria eletrônica no Brasil e seu impacto sobre a balança comercial. **Consultoria Legislativa**, nov. 2011. 20 p.
30. The China Sourcing Blog. Disponível em: <[www.chinasourcingblog.org](http://www.chinasourcingblog.org)>. Acesso em: 03 março 2014.
31. TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
32. VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. Suplementar, p.57-79, nov. 2011.
33. VERGARA, Sylvia M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.
34. VILLELA, Eduardo V. M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. **GEAP-PUC/SP**, São Paulo, dez. 2004. 33 p.
35. WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar las ciencias sociales – Límites de los paradigmas decimonónicos. **Siglo Veintiuno editores**. 1999.
36. WANG, Yanyi; FARIA, Marina Dias de; CARVALHO, José Luis Felicio. Investimento Externo Direto Chinês no Brasil: Motivações, desafios e perspectivas. **Rev. Eletrônica de Negócios Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.1-21. 2013.
37. Western Hemisphere Regional Outlook. Washington, D. C.: **International Monetary Fund**, nov. 2006.